

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS**

**GOVERNANDO O HAITI:
COLONIALIDADE, CONTROLE E
RESISTÊNCIA SUBALTERNA**

GERMANA DALBERTO

**Porto Alegre
2014**

GOVERNANDO O HAITI: COLONIALIDADE, CONTROLE E RESISTÊNCIA SUBALTERNA

GERMANA DALBERTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Criminais.

Área de Concentração: Sistema Penal de Violência.

Linha de Pesquisa: Violência, Crime e Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dra. Ruth Maria Chittó Gauer

**Porto Alegre
2014**

CIP- Catolagação da Publicação

D137g Dalberto, Germana
Governando o Haiti: colonialidade controle e resistência
subalterna / Germana Dalberto. – Porto Alegre, 2014.
300 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, PUCRS.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ruth Maria Chittó Gauer

1. Haiti – História. 2. Colonialismo. 3. Pós-colonialismo.
4. Haiti – Resistência. 5. Organização das Nações Unidas (ONU). I.
Gauer, Ruth Maria Chittó. II. Título.

CDD 301.297294

Ficha Catalográfica elaborada por Loiva Duarte Novak – CRB10/2079

GOVERNANDO O HAITI: COLONIALIDADE, CONTROLE E RESISTÊNCIA SUBALTERNA

GERMANA DALBERTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Criminais.

Área de Concentração: Sistema Penal de Violência.

Linha de Pesquisa Violência, Crime e Segurança Pública.

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2014.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ruth Maria Chittó Gauer – Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner

Prof. Dr. Celso de Paula Rodrigues

GOVERNANDO O HAITI: COLONIALIDADE, CONTROLE E RESISTÊNCIA SUBALTERNA

RESUMO

Esta dissertação dedica-se a compreender as relações de colonialidade que têm operado as práticas de governo durante e após a colonização do Haiti, evidenciando as técnicas de controle impostas pelos governos intervenientes e as lutas de resistência levantadas pelos haitianos em resposta à violência colonial. Buscamos explorar, nos episódios centrais da história haitiana, as sucessivas políticas de segurança e criminalização empreendidas pelas numerosas ocupações estrangeiras, que, sob o pretexto do caos e proclamando a necessidade de restaurar a ordem em um país de “negros incapazes de se governarem” (Pierre-Charles, 1977:183), desembarcam suas tropas e procedem à ocupação militar/policial do terreno, intimidando sob todas as formas o movimento das massas haitianas. Como no tempo colonial, as recentes intervenções valem-se de discursos etnocêntricos sobre a crise das instituições do Estado haitiano, especialmente as de segurança pública, para se legitimarem e combaterem a “ameaça” que um país sem aparatos penais fortes representaria, conforme o modelo ocidental, à segurança internacional. Procuramos explorar as novas possibilidades criminológicas, incitadas pelo conceito de *colonialidade do poder*, de compreender as técnicas de controle e as violências impostas durante e após a colonização haitiana. Interessa-nos pensar essas práticas de opressão a partir dos que sofreram seus efeitos, procurando descrever como os aparatos de segurança foram instrumentalizados/moldados pelas políticas de colonização com o objetivo de aprofundar a cisão colonial e o binarismo que lhes são inerentes. Ao final, exploramos como as relações de colonialidade são estabelecidas e revigoradas pelas políticas de segurança das Nações Unidas. Busca-se compreender como o programa da ONU voltado ao estabelecimento de instituições ocidentais de controle do crime em países “instáveis” e “inseguros”, se insere num amplo movimento de democratização/pacificação de governos periféricos, conduzidos e intensificados pelo regime de segurança internacional após o fim da Guerra Fria. Abordamos como essas intervenções pró-democracia se fizeram na nação haitiana, com enfoque especial nas práticas de governo implementadas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Palavras-chave: Políticas de Segurança; História do Haiti; Colonialismo; Pós-colonialismo; Resistência;

GOVERNING HAITI: COLONIALITY, CONTROL AND SUBALTERN RESISTANCE

ABSTRACT

This thesis is dedicated to understanding the relationships of coloniality that have operated government practices during and after the colonization of Haiti, showing the control techniques imposed by the intervening governments and the Haitian resistance struggles in response to the colonial violence. We seek to explore, in the central episodes of Haitian history, the successive security and criminalization policies undertaken by numerous foreign occupations, which, under the guise of chaos and proclaiming the need to restore order in a country of “Blacks unable to govern themselves” (Pierre-Charles. 1977:183), land their troops and proceed to the military/police occupation of the land, intimidating the movement of Haitian masses. As in colonial times, recent interventions make use of an ethnocentric discourse on the crisis of the Haitian state institutions, especially the ones related to public security, to legitimize and combat the “threat” that a country without a strong criminal apparatus represents, according to the Western model, to international security. We explore new criminological possibilities, incited by the concept of *coloniality of power* to understand the control techniques and the violence imposed during and after the Haitian colonization. We are interested in thinking about these practices of oppression from the standpoint of those who suffered their effects, focusing on how the security apparatus were instrumentalized/shaped by colonization policies aiming to deepen the colonial split and the binary logic inherent to them. Finally, we explore how relations of coloniality are established and invigorated by the security policies of the United Nations. We seek to understand how the UN program aimed at establishing Western institutions of crime control in “unstable” and “unsafe” countries is part of a wider movement for democratization/pacification of peripheral governments, led and intensified by the international security regime after the Cold War. We discuss how these pro-democracy interventions were made in the Haitian nation, with special focus on the governance techniques implemented by the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH).

Keywords: Politics of Security; Haitian History; Colonialism; Postcolonialism; Resistance;

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	16
-----------------------------	----

CAPITULO I CRIMINOLOGIA E COLONIALIDADE: DELINEAMENTOS TEÓRICOS

1. PENSANDO A COLONIALIDADE DO PODER: AMPLIANDO OS HORIZONTES DE FOUCAULT	43
<i>1.1. A arte de governar: genealogia do poder político na modernidade</i>	<i>53</i>
<i>1.2. Colonialidade do poder.....</i>	<i>59</i>

CAPITULO II DO COLONIALISMO

1. OS DESCOBRIDORES DE KOLON	75
<i>1.1. A política espanhola: a racionalidade colonial e o encobrimento do “outro”</i>	<i>78</i>
<i>1.2. Soberania, território e genocídio colonial.....</i>	<i>85</i>
<i>1.3. O mercantilismo e o princípio da escravidão colonial</i>	<i>96</i>
<i>1.4. As lutas dos tainos contra o controle colonial: resistência e ídolos cemí.....</i>	<i>102</i>
2. O LEVANTE DE SÃO DOMINGOS.....	108
<i>2.1. A política colonial francesa.....</i>	<i>109</i>
<i>2.2. Disciplina e vigilância nas plantações da “mais rica colônia do mundo”</i>	<i>112</i>
<i>2.3. A criminalização dos resistentes: o caso dos marrons.....</i>	<i>124</i>
<i>2.4. Quando a história haitiana revolucionou a história europeia.....</i>	<i>127</i>
<i>2.5. A história em confronto: reinserindo o Haiti na modernidade</i>	<i>135</i>

CAPÍTULO III DO PÓS-COLONIALISMO

1. A NAÇÃO LIBERTA E AS NOVAS COLONIALIDADES.....	147
<i>1.1. A nação haitiana às margens do Estado “oficial”</i>	<i>147</i>
<i>1.2. A ruptura histórica: a ocupação americana e as novas resistências.....</i>	<i>165</i>
2. REFORMANDO GOVERNOS, GOVERNANDO POPULAÇÕES: AS NAÇÕES UNIDAS E A COLONIALIDADE NA NOVA ORDEM POLÍTICA	174
<i>2.1. Entre o imperialismo e a descolonização: o surgimento das Nações Unidas.....</i>	<i>174</i>
<i>2.2. A Guerra Fria vista do Terceiro Mundo: o imperialismo norte-americano e a ditadura Duvalier</i>	<i>192</i>
<i>2.2. O renascimento do Estado de Direito e o confronto com o “outro” não-democrático.....</i>	<i>202</i>
<i>2.3. Em busca da democracia no Haiti: as intervenções das Nações Unidas.....</i>	<i>224</i>
<i>2.4. Governando o Haiti: as políticas de securitização e controle da MINUSTAH.....</i>	<i>238</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS	272

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação dedica-se a compreender as relações de colonialidade que têm operado as práticas de governo durante e após a colonização do Haiti, evidenciando as técnicas de controle impostas pelos governos intervenientes e as lutas de resistência dos haitianos em resposta à violência colonial. O objetivo é explorar, nos episódios centrais da história do Haiti, as sucessivas políticas de controle e segurança empreendidas pelas principais intervenções estrangeiras que, sob pretexto do caos e proclamando a necessidade de restaurar a ordem em um país de “*negros incapazes de se governarem*”¹ (Pierre-Charles, 1977:183), desembarcam suas tropas e procedem à ocupação militar/policial do terreno, intimidando sob várias formas o movimento de resistência das massas haitianas.

A proposta geral deste trabalho desmembra-se em dois objetivos específicos que, por sua vez, se debruçam sobre outras questões particulares, elucidando os eixos da análise teórica e empírica do objeto de pesquisa. O *primeiro objetivo* é realizar um percurso pelo passado colonial haitiano, para explorar as práticas de governo que, impostas pelos colonizadores espanhóis (1492-1697) e, depois, pelos franceses (1697-1804), foram constituídas no e com o Haiti, na articulação com a diferença do colonizado e com suas resistências. Essa imersão na história haitiana nos possibilitará identificar como as técnicas de controle e punição foram gestadas no marco da colonização, as racionalidades políticas que as constituíram e as resistências que incitaram nos sujeitos colonizados. Permitirá, sobretudo, evidenciar o papel que as tecnologias de segurança assumiram na sociedade colonizada e o modo como foram instrumentalizadas para assegurar o cumprimento das regras de diferença colonial pelo colonizador europeu. O *segundo objetivo* é explorar, no marco do Haiti pós-independência, como as relações de colonialidade são ressignificadas, rompidas ou mesmo intensificadas pelas práticas de governo implementadas pelos segmentos políticos do nascente Estado haitiano e, depois, pelas novas intervenções

¹ Essa frase, escrita pelo importante intelectual haitiano Pierre-Charles, denúncia, de maneira sutil, a percepção eurocêntrica e ocidental que motiva e conduz as inúmeras intervenções estrangeiras no Haiti. Historicamente, essa representação da política e do governo dos haitianos, como veremos, ganha sentido; especialmente após a Revolução Haitiana – diante a dificuldade do ocidente branco, escravista e colonizador, aceitar a primeira república independente governada por pessoas de ascendência africana – ou mesmo com as Nações Unidas – que em muitos de seus documentos chaves ou em acordos que a antecedem, como o Pacto da Liga das Nações e a Carta das Nações Unidas, fala de sociedades “que não possuem a capacidade de se governar”, sendo, por isso, necessário tutelá-las ou nelas intervir.

estrangeiras. Da análise das narrativas históricas sobre o período que se sucede à independência, buscamos evidenciar como determinados estratos sociais do governo haitiano utilizaram-se da mentalidade colonial e das estruturas políticas de poder antes impostas pelos colonizadores para fundar o novo Estado e gestar seus programas de controle social. Procuramos assinalar, ainda, como as novas intervenções internacionais tomaram forma no Haiti pós-colonial e o papel que os aparelhos de segurança assumiram junto às mesmas. Alvo do imperialismo norte-americano em 1915, numa ocupação que durou dezenove anos, e, mais tarde, do ciclo de ingerências das Nações Unidas, iniciado em 1990 (sob a liderança, nem sempre anunciada, de novas e velhas metrópoles), a nação caribenha tem sua independência, duramente conquistada, cada vez mais corroída pela intensa presença estrangeira, que se serve de militares armados e de modelos institucionais externos para impor a “necessária” securitização de seu território e população, como a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), que lá está desde 2004.

Tendo no horizonte esses objetivos, o presente trabalho propõe uma aproximação da realidade social, entrelaçando as categorias de análise e a observação empírica, para responder a um conjunto de interrogações que balizam a *problemática da pesquisa*: como as relações de colonialidade têm operado as práticas de governos das intervenções estrangeiras e quais as técnicas de controle utilizadas pelas próprias durante e após a colonização do Haiti? Como se dá a instrumentalização do aparelho de segurança pelas autoridades coloniais/atores internacionais durante a ocupação do território haitiano e aplicação dos programas de controle sobre a sua população? Como as resistências haitianas à presença estrangeira foram criminalizadas pelo governo colonial/interveniente e, ao mesmo tempo, como essas lutas se constituíram em movimentos capazes de desarticular imponentes formas de controle? Como as estratégias e racionalidades que dão estrutura e organização características as práticas de governo no Haiti pós-colonial, reforçam, rompem ou ressignificam a colonialidade?

Com base nessas problematizações de cunho teórico e empírico, situamos a *hipótese desta dissertação*, que se aplicou, indistintamente, a cada uma das perguntas-problema acima mencionadas. A hipótese central que orientou este trabalho é a de que as práticas de governo empreendidas no Haiti são orientadas pela velha lógica eurocêntrica que informou o colonialismo e o imperialismo, preservando os eixos racistas e mercantis fundamentais daquela racionalidade nas próprias tecnologias de controle contemporâneas. O argumento é de que a forma como os

aparatos de segurança são instrumentalizados pelas intervenções estrangeiras revela-nos muito sobre a manutenção das relações de colonialidade para com a sociedade haitiana. Desde a colonização, as regras de diferença são inseridas e garantidas através de diferentes estratégias de controle e punição e, como veremos, as ocupações armadas dos *blancs* se tornam, desse modo, um mecanismo insdipensável a sustenção da cisão colonial dos “dois Haitis”, firmando as elites nacionais haitianas no poder, no seu Estado “oficial”, em troca da dependência econômica, e criminalizando as resistências da maioria da população componesa, a da nação “não-oficial”.

Os mecanismos que operam as missões de pacificação do espaço internacional revelam, no seio do movimento de fortalecimento do Estado de Direito das Nações Unidas, uma política de expansão das instituições ocidentais de controle e segurança junto aos países “periféricos” que se apresentam como uma ameaça ao “centro”. Tais políticas, carregam estratégias de normalização do território e da população haitiana e violentamente utilizam o seu espaço, valendo-se de discursos de uma suposta “insegurança” (em um país que não esteve, nem está em guerra, e que, por vezes, possui índices de violência menores que o Brasil), para aprimorar e treinar seus aparatos militares e policiais ou mesmo para engrandecer/afirmar/comprovar seu poder político na arena internacional, como nas Nações Unidas, com vistas a conquistar um lugar de liderança na organização. Isso implica reconhecer o elemento de colonialidade intrínseco às políticas de segurança imigrantes que se apresentam como caminho da salvação de um país e de um povo diante de sua suposta “incapacidade de se autogovernar”.

.....

As reflexões que compõem esta pesquisa amparam-se no pensamento pós-colonial e no corpo teórico de Michel Foucault, para compreender as relações de poder que têm operado as práticas de governo e suas técnicas de controle durante e após a colonização do Haiti. Esse exame é possibilitado pela conjunção do estilo investigativo que Foucault desenvolveu para abordar as relações de poder, em seus estudos sobre as *práticas de governo*, e do conceito de *colonialidade do poder*, de Anibal Quijano (2005), produzido no marco do pensamento pós-colonial.

Com o propósito de esclarecer aspéctos basilares de ambos os quadros teóricos utilizados, demonstrando a forma como os mesmos são apropriados e entrelaçados nesta pesquisa,

elucidaremos abaixo seus principais subsídios conceituais, indispensáveis à assimilação dos objetivos e das análises que serão apresentadas ao longo de toda esta dissertação:

1. Esta pesquisa integra um campo analítico específico, proposto pelos estudos pós-coloniais, que, com algumas adaptações de cunho criminológico, busca abordar: as práticas e os discursos de controle que caracterizam o colonialismo e o modo como impregnam os regimes de segurança e punição nas sociedades que dele participam, tanto durante o período colonial como depois da independência das colônias (Sousa Santos, 2002). Procuramos explorar, nesse campo analítico, as novas possibilidades criminológicas, incitadas pelo conceito de *colonialidade do poder* (Quijano, 2005), para compreender como as técnicas de controle e punição foram constituídas no marco da colonização do Haiti. Interessa-nos, como exige a perspectiva pós-colonial, pensar essas políticas a partir daqueles que sofreram seus efeitos, os haitianos, ilustrando o papel que os aparatos de segurança assumiram na colonização do país, como foram instrumentalizados e como ainda permanecem impregnados pela racionalidade colonial que lhes é inerente.

Na especificidade da história haitiana, um dos questionamentos que trazemos à criminologia, para temperar a interpretação de Foucault – e aqui entra uma interessante contribuição dos estudos pós-coloniais –, é de como as forças de segurança foram instrumentalizadas/moldadas pelas políticas de colonização com o objetivo de aprofundar a cisão colonial e o binarismo que lhes são inerentes. A partir da colonialidade do poder, cabe-nos perguntar como as regras de diferença colonial foram inseridas e garantidas pelo colonizador através de diferentes métodos punitivos – uma vez que os métodos punitivos, segundo Foucault (2004:24), não são simples consequências de regras de direito ou indicadores de estruturas sociais, mas “*técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder*”.

O pós-colonialismo², como pontua Sousa Santos (2002), deve ser entendido em duas acepções principais. A primeira acepção refere-se ao encerramento de uma época histórica, ao

² Embora haja um debate considerável sobre os parâmetros precisos da definição do termo “pós-colonial”, em sentido geral, ele não sugere um ambiente sólido e fechado de pensadores. Existe, na verdade, uma dificuldade em localizar os estudos pós-coloniais. Muitas críticas vêm sendo apresentadas ao rótulo, mesmo pelos seus principais expoentes. O termo, desse modo, não procura demarcar, mas sim fazer referência aos estudos que analisam os efeitos deixados pelo colonialismo. Cabe ainda ressaltar que o pós-colonialismo não é uma teoria, uma vez que um campo teórico novo pressupõe a presença de uma síntese sobre uma vasta área de conhecimento; uma síntese é feita a partir de uma perspectiva determinada, o que, como expôs a Profa. Maria Paula Meneses (em aula ministrada sobre o tema

período que se sucede à independência das colônias. Representa um conjunto de análises sobre a construção do Estado após o fim do colonialismo, sua conjuntura político-social e suas rupturas e continuidades com o sistema colonial. A segunda acepção traduz-se em práticas e discursos críticos à narrativa colonial. Agrupa um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, que buscam, numa postura que é ao mesmo tempo crítica e política, desconstruir a narrativa colonial, antes contruída pelo colonizador, e substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Essa acepção do pós-colonialismo privilegia a exegese textual e as práticas performativas para analisar a colonialidade nos sistemas de representação e nos processos identitários, apontando, por vezes, críticas aos silenciamentos feitos pelas análises pós-coloniais da primeira acepção (Sousa Santos, 2002).

A presente investigação reporta-se à ambas as acepções do pós-colonialismo, especialmente à segunda, numa postura crítica, que pretende, como orienta Spivak (1996), retirar da subalternidade as lutas e as histórias do colonizado e do silêncio as formas de opressão as quais são expostos. A análise reporta-se a primeira acepção por estar situada em duas temporalidades distintas, a do Haiti colonial e a do Haiti pós-colonial, refletindo, no âmbito da crítica pós-colonial, como essa ruptura não é completa e como “*o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória*” (Sousa Santos, 2004:8).

A *colonialidade do poder* é o padrão de poder que tomou forma no período colonial. Anibal Quijano (2005) forja o termo para demarcar como esse poder instituiu, a partir de uma racionalidade específica, inúmeras estratégias e instrumentos inéditos de controle sobre os corpos dos colonizados. A raça é o primeiro eixo dessa racionalidade, assumida pelo colonizador como uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas em prol da exploração econômica na América. Outro eixo fundamental da colonialidade, base desse primeiro, é o mercantil, que emergiu da articulação de todas as formas históricas de controle em torno do capital e do mercado mundial. A colonialidade ocorre, como argumenta Quijano (2005), em diferentes domínios das relações sociais, por uma rede de exploração e dominação possibilitada pela racionalidade eurocêntrica racial e mercantil. Esses elementos, postos em prática pela razão colonial, foram responsáveis pela emergência mundial desse novo padrão de poder, isto é, uma

em seminário virtual, promovido pela CLACSO, em julho de 2013), não acontece com os estudos pós-coloniais, que desafiam as macronarrativas instituídas e obrigam a construção de vários referenciais, paralelos, de conhecimento.

forma de poder não meramente coincidente com o colonialismo, mas que está preocupada com a construção de condições sociais específicas, fazendo uso de racionalidades e mecanismos de controle próprios.

2. Em diálogo com a sociologia da conflitualidade, campo donde este trabalho extraiu o estilo investigativo que possibilitou problematizar o universo social haitiano segundo a ótica dos conflitos³, buscamos compreender, a partir do pensamento foucaultiano, as relações de poder que conduzem à tamanha “vontade de governar” (Rose, 1999:5) dos *blancs* no Haiti, como da Espanha e da França, durante o período colonial, e como dos Estados Unidos e das Nações Unidas, entre outros, no período pós-colonial. A categoria *governo*, central para esse trabalho e reportada no título, é apropriada de Foucault (1979), o qual dá ao termo, em um dos seus escritos sobre a governamentalidade, uma larga definição, referindo-se às maneiras, mais ou menos calculadas, de pensar e agir voltadas a moldar, regular e gerir os comportamentos dos outros em direção a objetivos específicos. A *prática de governo*, trata-se, essencialmente, da “conduta sobre a conduta”, isto é, de qualquer esforço racional direcionado a influenciar ou guiar a conduta humana, de acordo com suas esperanças, desejos e medos, e com as circunstâncias do tempo e do espaço. Sendo o ato de governar uma regulação da conduta, a governamentalidade não está reduzida ao Estado, uma vez que equivale a todo o exercício de autoridade operado por uma multiplicidade de atores e entidades, sejam elas políticas, médicas, acadêmicas, burocratas etc. A amplitude do termo, encontra sentido na própria acepção de poder proposta por Foucault. Como sabemos, o poder está na relação e, desse modo, é exercido por todo o corpo social e não exclusivamente por uma instituição (como o Estado). Foucault não está interessado em analisar instituições, suas teorias e ou ideologias, mas as práticas, os “regimes de práticas”, o que significa, como ele mesmo observa, abordar os programas de conduta que apresentam prescrições com relação ao que deve ser feito e com relação ao que pode ser conhecido (Foucault, 1991).

Ao pensar em profundidade a manifestação do poder político na sociedade moderna, pela “arte de governar”, Foucault (1979) forjou um modelo peculiar para a abordagem das

³ O diálogo dos estudos pós-coloniais com a sociologia da conflitualidade é uma entre as reflexões que tecem o pano de fundo deste trabalho. Ambas apropriam-se, de diferentes maneiras, das categorias e conceitos forjados por Michel Foucault, autor fundamental ao nosso exame. A sociologia da conflitualidade parte do pressuposto de que o caminho para “*compreender a violência social segue a reconstrução da complexidade das relações sociais de poder, as quais se exercem de múltiplas formas, de um modo transversal aos vários eixos de estruturação do social*” (Tavares dos Santos, 2009:17). Entre esses eixos, afirma Tavares dos Santos, situam-se os processos disciplinares, os dispositivos da biopolítica, através dos quais “*reconhecemos as relações de força entre ordem e desordem, macro e micro poderes; e tensões sociais, algumas das quais originam conflitos sociais, outras gestam lutas sociais, em diversas expressividades*” (2009:17).

relações de poder. É esse modelo que, com algumas adaptações, foi incorporado à pesquisa, a partir dos seus três eixos importantes: as racionalidades, as técnicas de controle e os sujeitos de governo.

Seguindo esse estilo de investigação foucaultiano, buscamos compreender a *racionalidade* que conduz às estratégias de controle dos governos estrangeiros no Haiti, explorando as subjetividades modernas que, tecidas na colonização, tornam possíveis respectivos programas políticos. Mitchell Dean (1999) usa o termo “episteme” e descreve essa racionalidade política como o cálculo sobre qualquer atividade direcionada a dirigir a conduta dos outros e de si mesmo e como qualquer ação que tem por objetivo influenciar, apropriar, redistribuir, alocar ou manter o poder de governar do Estado ou de outras organizações. Ainda nessa linha, Nikolas Rose (1992, 1999) se refere à “racionalidade política” como um campo discursivo dentro do qual o exercício do poder é conceituado. Ambos os autores preocupam-se com o caráter subjetivo e epistemológico da razão governamental e com como essa racionalidade influencia e é influenciada por campos de saber.

Para verificar como a experiência colonial possibilitou a emergência de formas modernas de poder – hipótese desse trabalho – fez-se necessário caracterizar suas racionalidades fundantes, demonstrando, a partir delas, o modo como o colonialismo pensou novas práticas de governo e gestou programas de controle. Como orienta Scott (2005), o estudo do poder colonial, em qualquer momento histórico, prescinde da investigação sobre o caráter da racionalidade política que o formou. A abordagem sobre o desenvolvimento da política colonial espanhola e francesa, realizadas no segundo capítulo, cumprem esse desafio. Exploramos as circunstâncias históricas que permitiram a emergência daquela razão colonial, salientando seus objetivos e características essenciais para, no terceiro capítulo, problematizarmos os traços dessa mesma racionalidade que as atuais intervenções estrangeiras resguardam, refletindo como as ingerências no Haiti pós-independência foram novamente organizadas, em múltiplos contextos, como uma atividade projetada, ao modo da colonização, para produzir efeitos sobre uma determinada população. Parece-nos, até mesmo, que as intervenções pós-coloniais tomam formas ainda mais racionalizadas; tanto pela justificativas que seus discursos apresentam, como pelas formas de controle que produzem – que cada vez mais invisíveis e indolores estão, ao mesmo tempo, muito mais potentes, violentas e disciplinadoras.

Compreender a racionalidade colonial implica identificar as *técnicas de controle* e os *sujeitos de governo* a ela entrelaçados, que representam, respectivamente, a segunda e terceira dimensão investigativa proposta por Foucault. A *técnica de controle* refere-se ao conjunto de mecanismos, instrumentos e programas utilizados pelos operadores do poder para moldar a conduta humana. Este estudo procura identificar tais técnicas em meio ao processo de colonização do Haiti e, posteriormente, em meio ao contexto das intervenções internacionais. No período colonial, salientamos, quanto à colonização espanhola, tanto o genocídio colonial, técnica aplicada pelo colonizador para firmar sua soberania no território haitiano, como a escravidão colonial, imposta pelo colonizador ao corpo indígena com a finalidade de obter lucro; quanto à colonização francesa, evidenciamos como o governo colonial valeu-se de técnicas severas para o controle dos africanos, trazidos como escravos à colônia de São Domingos (como era conhecido o Haiti durante a colonização francesa). As novas tecnologias lançadas para a gestão das plantações, como a disciplina, a punição e a vigilância, somadas à constante criminalização das resistências dos escravos, deram forma a um dos mais opressores cenários do mundo colonial. No período pós-colonial, observamos que as técnicas de controle passam a ser inseridas, de um lado, pelos mecanismos de formação cultural dos haitianos, quando incidem na discriminação de tudo aquilo que remete às suas origens africanas, como religião do vodu, a cor negra e a língua creóle, e, de outro lado, pelos programas de domesticação do aparato estatal, de suas ideologias, formas de gestão e instituições – especialmente as instituições de segurança, como o exército e a polícia nacional. Desde o princípio do período pós-colonial, com a formação do Estado haitiano, à ocupação pelos *marines* norte-americanos e, depois, com o ciclo de intervenções das Nações Unidas, que segue na atualidade, detectamos as nuances dessas formas de controle e opressão, reponsáveis por muitas das fissuras sociais e das cisões coloniais que se intensificam no Haiti.

A dimensão dos *sujeitos do governo* nos permitiu refletir sobre como os atores refinam e refutam as práticas de controle governamental. Os sujeitos de governo, segundo Dean (1999), são os diversos tipos de pessoas, atores e agentes que se apresentam como objeto das técnicas de controle. As intervenções estrangeiras no Haiti, com capacidade, status e atributos específicos, por meio de programas governamentais próprios, procuraram cultivar e fixar determinados tipos de identidades individuais e coletivas nos haitianos. As práticas de governo estão intimamente envolvidas e preocupadas com a criação de sujeitos específicos e com a indução de comportamentos. O que não significa que, necessariamente ou completamente,

conseguem assim fazer, pois os agentes negociam os processos aos quais estão sujeitos e, de diferentes formas, se adaptam ou, mesmo, recusam essas estratégias. Ao retratar a presença da resistência no quadro das relações de poder, Foucault afirma que “*é muito mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante*” (1977:232), pois para ele “*nas relações de poder, há necessariamente possibilidades de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação – não haveria de forma alguma relações de poder*” (Foucault, 2006:277). É o que identificamos nas resistências haitianas ao governo colonial/interventor, uma agência que, historicamente, foi capaz de alterar significativamente as relações de poder. Entre as resistências abordadas, descamos, no período colonial, as lutas empreendidas pelos nativos tainos, os primeiros haitianos, contra as técnicas de controle impostas pelos colonizadores espanhóis, e as revoltas dos negros escravos contra o poder colonial francês, com destaque à Revolução Haitiana, conhecida como a maior revolta de escravos da história; no período pós-colonial, identificamos uma forma de resistência que é, em um só tempo, latente e silenciosa, especialmente na maioria pobre da população haitiana, que opta em continuar suas práticas religiosas do vodu, em falar a língua creole (criada pelos escravos, durante a colonização), e em seguir um espírito comunitário diferente das elites afrancesadas que compõem a minoria rica do país. As resistências haitianas à ocupação americana, à imposição do catolicismo pelo Vaticano e às presenças estrangeiras contemporâneas, são salientadas. As oposições à MINUSTAH revelam-se nas manifestações estudantis ou mesmo na recusa silenciosa do governo e da população haitiana em se apropriarem das tecnologias, das instituições e dos conhecimentos que estão sendo transferidos/impostos pelos atores internacionais.

Apontado a *fundamentação teórica* e os conceitos que nos norteiam na investigação, afirmamos, contudo, que este trabalho não toma o pós-colonialismo e as categorias foucaultianas como doutrinas que poderiam ser aplicadas na pesquisa sobre o Haiti. Este não é um estudo sobre como essa lógica poderia ser enquadrada no caso em análise, como uma teoria abstrata dedutiva da realidade. A proposta é, ao invés disso, apontar como as intervenções estrangeiras governam o espaço e a população haitiana numa forma distintiva da colonialidade do poder, como um resultado específico e uma resposta original a um problema posto pela política local e internacional

.....

Exposta a fundamentação teórica, cabe ressaltar que as *motivações* que compõem esta dissertação foram suscitadas a partir de diferentes propósitos de pesquisa. O primeiro deles refere-se ao desejo de trabalhar com uma temática que não se limitasse ao universo dos livros e que fosse à realidade para trazê-la até a literatura acadêmica; como um meio de politização do conhecimento, incitando uma criminologia envolvida com a vida das pessoas e de seu tempo ao invés daquela sufocada pelo tédio dogmático. Mais do que isso, o tema desta dissertação, que me acompanharia ao longo de dois anos de mestrado, deveria ser algo que me provocasse a indignação, a curiosidade e a surpresa. Este estudo, desde já, assume-se aqui como irracional, desviante e guiado por sentimentos, pois como nos lembra Milan Kundera (2009:33) “*contra sentimentos ninguém pode fazer nada, estão aí e escapam a qualquer censura. Podemos nos censurar por um ato, uma palavra pronunciada, não podemos nos censurar por um sentimento, simplesmente porque não temos nenhum poder sobre ele*”. É por atravessar-me como pesquisadora que o Haiti, com toda sua potência histórica e riqueza cultural, chegou até mim, tornando-se ao mesmo tempo muito maior que esta dissertação e até mesmo impossível de ser reduzido nela.

Segundo, meu interesse por investigar o universo das Nações Unidas, deve-se a minha experiência na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, no primeiro semestre de 2012. Ao atuar no âmbito dos projetos e reuniões da 1ª e 6ª Comissão (Desarmamento e Direito Internacional) da ONU, deparei-me com inúmeros programas empreendidos e liderados por um grupo de países para “proteger” populações periféricas nos cantos inseguros do mundo em prol de uma sonhada “segurança internacional”. Esses programas eram discutidos em longas reuniões, em que a voz da maioria dos diplomatas que representam essa periferia ecoavam sem serem ouvidas pela minoria dos países centrais que, com uma perversa “vontade política”, dirigem aquele palco da política mundial desde 1945. O contato com inúmeros temas, somado à vivência de um processo complexo e hierárquico, no qual tomam forma as políticas da ONU, incitaram em mim muitas das inquietações que guiam este estudo.

A problematização das relações de poder que operam as intervenções e as políticas de segurança das Nações Unidas apresentou-se para mim, nesse universo, com um objeto empírico

extremamente interessante. Movida pelo interesse científico na questão, colhi dados e realizei entrevistas com representantes da Missão do Brasil junto à ONU e com representantes do Escritório de Reforma do Setor de Segurança das Nações Unidas (SSR Unit) do Departamento de Operações de Paz. Sem fazer um julgamento “moral” e longe de ignorar a boa vontade e o sucesso de muitas iniciativas realizadas no âmbito dessas operações, como é caso dos projetos da engenharia do exército brasileiro no Haiti, percebi que a política global empreendida pelas Nações Unidas para a reconstrução de governos, imposição da democracia e estabelecimento de aparatos segurança durante os processos de pacificação de inúmeros países, tem sido desenvolvida com o objetivo tanto de treinar exércitos, quando nações supostamente inseguras serviriam de laboratórios para treinamento militar e para a renovação de armamentos e aparatos de defesa dos governos estrangeiros, como de disciplinar e controlar aqueles espaços pobres e não consumistas que, na perspectiva onusiana, constituiriam uma ameaça à paz. Vi que os militares, treinados para a guerra e para combater inimigos, estão policiando a violência e cuidando dos crimes comuns nesses lugares, diante de uma suposta incapacidade dos governos periféricos constituírem e mantarem um sistema criminal estável para o controle de sua população.

O caso do Haiti pareceu-me emblemático. Impossível não visualizar nessas políticas intervencionistas uma continuidade na dominação colonial perpetrada ao longo da história sobre aquela sociedade. Observei que as políticas de segurança lá implementadas são acompanhadas por um amplo discurso de justificação que, estabelecido na dicotomia entre um “eu” e um “outro”, apresenta a sociedade haitiana, ao lado da de outros países que são alvo dessas intervenções, sempre pelas suas ausências, como uma ameaça à segurança internacional, como conflitivas, inseguras, falidas, frágeis, “Terceiro Mundo”, de modo que se faz necessária uma missão de modernização, progresso e desenvolvimento pelo “Primeiro Mundo”, para ajudar tais nações a instituírem aparatos penais repressivos fortes, para mantê-las em ordem por uma “paz sustentável” em prol da “segurança global”. Para além dos problemas reais que esses espaços vivenciam, parece-me que as políticas efetivadas por países centrais estão profundamente motivadas pelo controle de uma população sem recursos para consumir os seus produtos ou para produzi-los com baixos custos, bem como pelo temor de uma migração/invasão para dentro dos seus territórios (um dos “grandes” problemas que o próprio Brasil, ao lado dos EUA, vem enfrentando com o Haiti) ou, mesmo, pelo propósito de acalmar o medo emplacado pela paranoia

americana de terroristas escondidos pelo mundo (sendo, por isso, necessário policiar esses lugares vulneráveis).

A coleta desses dados, somada a minha vivência, me levou a identificar esse universo como um lócus interessante, a partir do qual poderia refletir sobre muitos dos conceitos e teorias forjados pelos estudos pós-coloniais e pelo pensamento foucaultiano, acerca da colonialidade e suas práticas de governo, bem como da própria emergência espaço-temporal do poder político moderno. Inspirando-me nesse corpo teórico, inferi que a instituição de um aparato de segurança ocidental em espaços concebidos como “inseguros”, no domínio de intervenções sociais dirigidas ao crime, não implica somente um mecanismo de contenção da violência, mas abre um espaço para a indução de comportamentos dessa população, isto é, das práticas que constituem e elaboram a “conduta sobre a conduta”, como definiu Michael Foucault (1979). Ao percorrer a investigação sobre a racionalidade que deu forma e legitimou inúmeras intervenções no Haiti, encontrei, no caminho, acontecimentos históricos esquecidos e até então silenciados pelas explicações produzidas pelo conhecimento ocidental. Esse achado deu-se na instigante e desestabilizadora leitura realizada das obras haitianas e daquelas produzidas no marco do pensamento pós-colonial.

Essa reflexão teórica suscitou-me uma intensa curiosidade sociológica sobre os elementos delineadores das políticas de segurança implementadas nos contextos de sociedades periféricas durante e após a colonização, levando-me a questionar o papel e os diferentes contornos que as práticas de governo assumem nesses cenários. A intenção é a de conhecer uma pequena parcela da imensidão de questões que cercam a reconstrução democrática de países em situação “pós-conflito” (como os organismos internacionais os denominam), estudando as práticas da segurança pública e refletindo sobre as soluções de paz.

A relevância científica desta pesquisa está na necessidade de desnudar os significados ocultados pelo movimento de “lei e ordem” internacional, ao promover, de um lado, a exclusão político-econômica de países periféricos e, de outro lado, o emprego autoritário da disciplinarização de seus governos e sociedades. Nesse cenário de ambivalências, as políticas de segurança sofrem profundos questionamentos, exigindo, assim, análises cada vez mais desmistificadas sobre os suas instituições, introduzindo novos conceitos, técnicas e possibilidades sociais. A importância desta investigação está, portanto, em refletir criticamente a colonialidade

impregnada às práticas de segurança e controle implementadas na sociedade haitiana, desconstruindo os discursos hegemônicos e propondo um novo olhar sobre o Haiti.

No que se refere à adequação desta dissertação às áreas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC/RS, o objeto de estudo se insere na área de concentração “Sistema Penal de Violência” e na linha de pesquisa “Violência, Crime e Segurança Pública”. Ao abordar as políticas de segurança nos contextos de colonização e intervenção estrangeira, este trabalho fornece uma reflexão distinta, que vem a ser útil à abordagem do papel que os mecanismos de controle assumem em diferentes tempos históricos. O propósito é contribuir com os estudos criminológicos que, produzidos no âmbito dessa linha de pesquisa, procuram compreender a relação conexa entre as instituições ocidentais de controle social e a reprodução das conflitualidades, refletindo os múltiplos fatores globais e locais, que, interrelacionados, contribuem para a mundialização do fenômeno da violência na cultura contemporânea.

.....

Diante dos limites em que se encontra a técnica de investigação, própria da relação entre sujeito-investigador e sujeito-investigado, viu-se a necessidade da estratégia da pesquisa se cercar por um pluralismo teórico-metodológico. As dificuldades enfrentadas na condução da pesquisa de campo no Haiti, levaram esta dissertação a percorrer inúmeros caminhos de investigação, em níveis macro e microsociais, organizados em momentos distintos da análise.

A primeira parte da investigação foi realizada a partir da análise de documentos retrospectivos ou contemporâneos, onde buscamos acessar e descrever, de maneira crítica, os fatos sociais por eles narrados, estabelecendo suas características, contradições e tendências. Tanto na leitura das principais obras sobre a história e a ciência social haitiana, como na análise dos relatórios oficiais produzidos sobre o Haiti, esses documentos foram utilizados não apenas como referências à escrita, mas como fontes de discursos a serem abordados criticamente. Preferimos, contudo, não emoldurar os discursos e os dados encontrados nesses textos dentro de categorias de forma/conteúdo, por cremos que, ao ajustar esses escritos em moldes rígidos de análise, poderíamos deixar de captar tudo aquilo que não coube nas fórmulas escolhidas, dado a

magnitude e a complexidade da rede de ideologias e relações de poder presentes nos contextos e tempos históricos em que foram produzidos.

Para a pesquisa histórica, optamos por utilizar obras tradicionais sobre o período investigado, especialmente as que integram a literatura haitiana – e procuramos introduzir seus autores, ainda desconhecidos por seus vizinhos latino-americanos, nas notas de rodapé. Imaginamos, por vezes, que essas breves biografias e a leitura das obras haitianas, pode ser uma das maiores contribuições realizadas por esta dissertação, uma vez que não apenas nos dedicamos ao difícil estudo de um corpo teórico totalmente novo (ao menos para mim), como nos propomos a intercambiar e dialogar com um pensamento até então muito ignorado por grande parte da ciência social brasileira. Justificamos que a utilização abundante de citações se fez pela importância de permitir “*que os homens do passado falem por si próprios*” (Baumer, 1977: 12), especialmente que os haitianos, por meio de seus historiadores, levem-nos pelo tempo até suas lutas, perdas e vitórias.

Para demarcar uma dimensão viável à esta pesquisa histórica, do ponto de vista operacional e teórico, delimitamo-nos sobre as principais intervenções estrangeiras sofridas na história do Haiti. A abordagem do passado colonial haitiano será uma contextualização prévia, indispensável para apreender, de forma situada e complexa, as relações históricas de colonialidade que justificam e legitimam as atuais políticas de segurança das Nações Unidas, ressaltando como tal programa foi e é construída, as racionalidades que os modelam e as práticas que caracterizam sua implementação.

Para a pesquisa sobre as intervenções mais recentes no Haiti, descritas no terceiro capítulo, utilizamo-nos de diversos textos produzidos sobre a realidade investigada, como relatórios, normas e obras publicadas por governos e organismos internacionais. Essa parte da investigação foi desenvolvida, portanto, por meio da análise de documentos, especialmente os publicados pelas Nações Unidas e disponibilizados de forma virtual, onde foi possível apreender criticamente os dados e aspectos dos casos de intervenção. Aqui também foi realizado uma pesquisa bibliográfica, fazendo um apanhado dos principais trabalhos científicos realizados sobre o tema que me ofereceram informações atuais (e críticas aos relatórios oficiais), como livros das ciências sociais, obras literárias, além de jornais, revistas e vídeos.

A dificuldade de acessar o Haiti levou-nos também a conduzir entrevistas informativas com diversos atores inseridos ao contexto investigado. Isso permitiu aprofundar os

dados exploratórios coletados no estudo de campo e aproximar a pesquisa do contexto e termos nos quais os atores estão inseridos. As entrevistas possibilitaram mapear o universo empírico, identificando os atores envolvidos para, então, coletar dados sobre esses atores e suas práticas, através, prioritariamente, de entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de entrevista permite respostas mais livres que não ficam condicionadas a alternativas padronizadas (Lakatos, 1996). As entrevistas propiciaram construir uma interpretação original sobre o objeto, que não seria obtida caso se reduzisse aos métodos de consulta documental e bibliográfica.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, foram conduzidas entrevistas com atores inseridos no campo de segurança do Haiti. Durante minha estada na Missão do Brasil junto à ONU, no início de 2012, tive oportunidade de entrevistar sete diplomatas responsáveis por representar o Brasil na ONU e quatro militares do alto comando. Nesse espaço, por meio da observação participante, uma vez que atuava na 1ª e na 6ª Comissão da ONU (Desarmamento e Direito Internacional), pude também observar reuniões e interessantes discussões no âmbito da organização, ou mesmo as lógicas dos bastidores, que depois incitaram muitos dos caminhos críticos que optei trilhar. Entrevistei dois funcionários da ONU que trabalham com o tema do Haiti, no Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO), no Escritório de Instituições de Segurança e no Programa de Reforma do Setor de Segurança (SSR) das Nações Unidas, em Nova Iorque. Além disso, no início de 2013, integrei a coordenação de um evento que contou com a presença de um representante do Escritório SSR Unit da ONU no Brasil, em sua visita à SENASP de Brasília e a Porto Alegre (Secretaria de Segurança Pública do Estado do RS e do município de Porto Alegre), oportunidade em que assisti a inúmeras palestras sobre o tema. No Brasil, realizei entrevistas com dois militares e dois policiais militares gaúchos que estiveram trabalhando na MINUSTAH. Além disso, entrevistei dois estudantes haitianos que, apesar de não estarem diretamente envolvidos com a temática, me instigaram a muitas reflexões que traçam o pano de fundo desta investigação.

As vivências de campo, outro caminho percorrido por esta pesquisa, permitiram visualizar sociologicamente elementos importantes sobre as dinâmicas das relações de poder entre os operadores das missões de paz das Nações Unidas e os governos e sociedades locais onde estão inseridos, como o Haiti. Nas diversas imersões e cenários visitados, acessamos a complexidade presentes nos espaços internacionais, universo marcado pela simultaneidade dos padrões socioculturais de orientação e pelo pluralismo normativo. As idas à campo foram

realizadas em dois contextos: primeiro, durante a minha participação no Programa de Capacitação Acadêmica da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2012; e, segundo, durante a visita ao Haiti, por duas vezes, em 2013, quando vivenciei de perto as experiências dos atores da segurança (militares e policiais) da MINUSTAH. Na minha primeira viagem ao Haiti, em 2013, além de acompanhar de perto o trabalho diário de policiais da UNPOL, enquanto conduziam suas atividades, realizei quatro entrevistas com os mesmos, além de um funcionário da ONU que exerce função de chefia na política de segurança da MINUSTAH. Numa segunda viagem ao Haiti, também em 2013, acompanhei as atividades dos militares, quando me hospedei no Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT), oportunidade em que assisti a palestras de “prestação de contas e relatórios” de todas as atividades de segurança conduzidas, as quais me ofereceram muitos dados para esta análise. Lá pude ver de perto como é o dia-a-dia do militar brasileiro no Haiti, conhecer as principais bases da ONU e visualizar algumas das atividades militares em Porto Príncipe.

A imersão em contextos diversos, o policial e o militar, possibilitou-me novas problematizações que, por razão de tempo, não puderam ser abordadas nesta dissertação. Ainda assim, cabe ressaltar as enormes diferenças entre as práticas do ator policial e do militar, no contexto do Haiti. O primeiro, inserido na comunidade haitiana, dela participa e está próximo, ainda que no âmbito dos espaços da elite. O segundo, isolado da comunidade, parece estar no Haiti, sem realmente estar lá. Além disso, viu-se, frequentemente, os militares realizando as funções policiais – o que, de alguma forma é de se esperar, pois o Haiti não está, nem esteve, em guerra (e seus índices de violência são menores que muitos lugares do Brasil). Por esse motivo, não haveria por que ter um exército militar lá. Aos militares, além de realizarem as atividades de segurança pública, com aparatos e técnicas de guerra, cabem às funções de engenharia e de projetos sociais junto à comunidade, as quais têm resultado em importantes contribuições e melhorias efetivas ao bem-estar social da população local.

Todas essas experiências, entrevistas e observações são incorporadas a este estudo a título de informação sobre o universo estudado, mas não serão imediatamente citadas ou identificadas (nem nacionalidade dos envolvidos, função que exerciam ou período em que ocorreram), a fim de preservar os atores, conforme acordo estabelecido com os mesmos. Detalhar as entrevistas e observações participantes conduzidas sobre as políticas de segurança da ONU, exercidas por esses atores, em diferentes esferas e cargos, poderia os colocar em risco, expor ou,

mesmo, afetar seus vínculos profissionais. Muitas entrevistas, contudo, foram gravadas e descritas, estando salvas como arquivos desta dissertação, bem como os relatórios de campo. As que não estão arquivadas foram as que eu optei (ou mesmo fui convidada) a não gravar ou desligar o gravador durante a entrevista, a fim de obter mais informações, de modo que esse ator pudesse diferenciar o seu “discurso oficial” das suas “reais percepções”. Ao dar-me conta da enorme distância entre ambas as falas, tentei incorporar essa ambivalência à própria reflexão proposta na investigação. Ao mesmo tempo, isso levou-me a perceber o quanto esses atores entrevistados estão conscientes de seus contextos e problemas e que (como eu) são tocados pelas ineficácias e injustiças que os cercam. Encontrei pessoas precisando falar ou mesmo “desabafar” suas frustrações com muitas das estruturas e políticas das quais participam e, outras, querendo registrar, de algum modo, as conquistas e grandes feitos realizados. Ao mesmo tempo, encontrei aqueles não tão dispostos a contar sobre seu trabalho. Esses pareceram ter muito temor da academia, direcionando-me um olhar desconfiado e, sempre que possível, questionando os meus objetivos.

Grande parte dos entrevistados estava (e ainda podem estar) em exercício de suas funções, de modo que seriam facilmente identificados ao detalhar datas, lugares, funções, nacionalidades. Além disso, devo a muitos deles esta dissertação e, por isso, sinto imensamente em não poder nomeá-los. Muitos foram os que buscaram, com grande esforço pessoal, que minha ida ao Haiti se tornasse possível. Apesar de meu envolvimento com esses atores e do quanto sou agradecida e fui tocada por suas experiências, não evitei fazer a análise crítica a que inicialmente me propus, sobre os cenários nos quais estão inseridos e as políticas que praticam. Ressalto, contudo, que o objetivo desta pesquisa não foi investigar os atores em si, mas empregar suas experiências e falas para melhor compreender a estrutura nas quais estão envolvidos. Além disso, vale ressaltar que a perspectiva crítica que esse trabalho adota, não tem por propósito fazer um inquérito ou julgamento, nem mesmo traçar relações causais, pelo contrário, a intenção é descrever a realidade social por meio de diversos ângulos, incluindo as perspectivas dos personagens que nela atuam.

Apesar do encontro entre o pesquisador e o ator ser possível pelo envolvimento de ambos (cada um a sua maneira), com o mesmo universo social, temos trajetórias de vida diversas, de maneira que o nosso diálogo deve ser voltado à reflexão compreensiva. Espero que este estudo, da mesma forma que o espaço investigado e seus atores confrontaram as teorias da

academia e transformaram pessoalmente esta pesquisadora, possa a vir a contribuir tanto para o diálogo da universidade com as esferas sociais as quais investiga, como para as práticas em si daqueles com quem, de alguma forma, tive contato, por meio desta pesquisa.

Em razão da pesquisa de campo somente ter sido conduzida em 2013 (depois de um longo e árduo processo para conseguir ir ao Haiti), os dados de campo e suas entrevistas não puderam ser apropriadamente analisados. Apesar da sua extrema importância – talvez até os mais importantes, justamente por serem vivenciados pela pesquisadora –, não são mencionados nesta dissertação pela falta de tempo hábil. Esta é, infelizmente, uma pesquisa que é entregue de maneira inconclusa. É uma pesquisa limitada aos prazos rigorosos que são impostos ao conhecimento pelas universidades, como se o universo empírico e o saber pudessem ser cronometrados numa escala de tempo ideal, da mesma forma como as máquinas produzem seus produtos. Mas como essa não é, nem quer ser uma pesquisa ideal, quem pautou o tempo desta investigação foi a pesquisa em si e a sua trajetória que é única, a proposta da dissertação foi mantida, por mais que os dados finais da análise – os referentes à MINUSTAH – não puderam ser incorporados em sua integralidade.

Ao final, no que se refere ao método da escrita, com exceção das citações em espanhol que foram mantidas na língua estrangeira, o texto se mantém quase sempre em português, para que esteja amplamente acessível. As traduções do francês e do inglês foram realizadas por mim (e assumo o risco por qualquer incompreensão). As frases em itálico designam pontos importantes de minha análise. As palavras entre aspas e em itálico são as citações diretas dos autores referenciados pelo modelo autor-data. As palavras apenas entre aspas são observações, ironias ou reproduções de falas ouvidas por mim.

.....

A metodologia da pesquisa, acima apresentada, foi construída a partir de diferentes eixos de análise, que se sobrepõem e se refletem em vários momentos da investigação e da escrita, e que podem ser visualizados na forma como organizamos os *três capítulos desta dissertação*. Cada um desses capítulos, deriva dos recortes e dos enfoques traçados pelos objetivos do estudo. Um não pode ser compreendido sem o outro, de forma que diferentes tempos e contextos investigos dialoguem e se encontrem, nesta dissertação, com o objeto geral de

explorar, conjuntamente, como as relações de colonialidade têm operado as ocupações estrangeiras e suas práticas de controle e segurança, tanto durante o período colonial como depois da independência haitiana.

O *primeiro capítulo* apresenta os conceitos foucaultianos e pós-coloniais apropriados como categorias de análise, com os quais fundamentamos a postura e as escolhas que direcionarão os capítulos seguintes. Esses conceitos não apenas tencionaram o objeto empírico como, principalmente, foram por ele tencionados. Os instrumentos para a análise das relações de poder propostos por Michel Foucault foram, ao nosso modo utilizados para apreender as relações de colonialidade do poder, categoria dos estudos pós-coloniais, em eventos situados no Haiti. No diálogo com esses conceitos, buscamos – num exercício reflexivo que não se limita ao primeiro capítulo, mas se estende por toda a dissertação – sondar as contribuições que o estudo do caso haitiano pode trazer à aplicação e reflexão dessas categorias, em particular, e à produção do conhecimento social, em geral.

A recusa em reduzir a compreensão do objeto empírico ao presente haitiano, de forma isolada e descontextualizada seu passado, levou esta pesquisa à história e, somente com essa imersão, foi possível explorar como as relações de colonialidade do poder impregnam as atuais práticas de governo aplicadas no Haiti. Buscamos entender, nas contínuas invasões coloniais, como as questões de segurança aparecem como mecanismo garantidor/legitimador do projeto colonial, tornando-se por vezes, a linha de frente para a execução das políticas discriminatórias. Para cumprir esse objetivo, o *segundo capítulo* se propõe a percorrer o passado colonial do Haiti. O intuito é explorar, a partir da contextualização histórica, como as práticas de governo e suas técnicas de controle foram constituídos no e com o marco da colonização. São abordados traços gerais da colonização espanhola e francesa da ilha caribenha desde o século XV, e as principais lutas de resistências empreendidas pelos nativos e pelos africanos (lá levados como escravos) para derrubar o regime de opressão colonial. Este capítulo também nos permitirá apresentar o Haiti a partir de sua história – segundo as análises produzidas, especialmente, por intelectuais haitianos –, compreendendo-o de forma complexa⁴, a fim de desconstruir os estereótipos de inferioridade comumente associados a seu povo. O percurso pelo passado haitiano é a antessala

⁴ Pensar o Haiti em sua complexidade não é, segundo Edgar Morin (2000:180), “*servir às ideias de ordem ou de desordem, é servir-se delas de forma organizadora, e por vezes desorganizadora, para conceber a realidade*”, uma vez que a “*palavra complexidade é palavra que nos empurra para que exploremos tudo*” e o pensamento complexo é aquele que se dispõe a fazer a “*patrulha no nevoeiro incerto, confuso e indizível*”.

necessária para conhecermos sua sociedade e refletirmos sobre as origens, rupturas e permanências da oitava intervenção internacional da ONU, presente há quase dez anos em seu território.

O *terceiro* e último *capítulo* se dedica a abordar o Haiti pós-colonial, apontando que, mesmo após a independência, a formação do Estado haitiano tem estado quase sempre controlada por intervenções estrangeiras “benevolentes”, caso da ocupação e das ingerências norte-americanas. Ao final, exploramos como as relações de colonialidade são estabelecidas, revigoradas ou mesmo rompidas pela atual política interventiva no país, governada pelas Nações Unidas. Ressaltamos aqui que, como no tempo colonial, as recentes intromissões valem-se de discursos etnocêntricos sobre a crise das instituições do Estado haitiano, especialmente as de segurança pública, para assentar nela sua legitimidade, e sanar, assim, o ameaça de ter por perto um país que, sem aparatos penais fortes, conforme manda o modelo do ocidente, representa à “segurança internacional”. Também é abordado, nesse parte do texto, como o programa da ONU voltado à pacificação e ao estabelecimento de instituições ocidentais de controle do crime em países tidos como “inseguros” se insere num amplo movimento de democratização de governos periféricos, conduzidos e intensificados pelo regime de segurança internacional após o fim da Guerra Fria. Discutimos como essas intervenções pró-democracia se fizeram no Haiti, com enfoque especial nas práticas de governo implementadas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

.....

Este estudo traz como referência introdutória, para cada conteúdo abordado pelos três capítulos desta dissertação, pinturas do haitiano Jean-Michel Basquiat. As representações presentes nas obras de Basquiat permitirão penetrar, pela livre interpretação de suas telas, o universo de questões que cercam o passado haitiano, de modo que elaboraremos um diálogo crítico entre arte, história, colonialismo, racismo e poder. A arte aqui será um ponto de apoio distinto ao que deu lugar a esse estudo teórico, nos servindo como caminho alternativo para resgatar outros potentes *estilos de narrar* (Mignolo, 1995) a opressão colonial, pelos haitianos. Essa perspectiva se insere na própria proposta pós-colonial, a qual emerge do resgate de outros estilos de vida e de pensamento, apresentando-se, por um lado, como resistência à globalização e,

por outro lado, como produção criativa de outros modos de expressar o saber (não apenas a escrita), que marcam, constantemente, o rompimento com o processo de ocidentalização (Mignolo, 1995). As pinturas haitianas dão clareza às ideias pós-coloniais discutidas e mostram que “*os artistas e escritores não vivem num mundo a parte*” (Baumer 1977: 12). É com esse intento que, em oposição à tradição historiográfica moderna, buscamos, nas representações traduzidas na arte, uma forma de objetivar o aspecto invisível, aquele sentimento inapreensível do passado, não sugerido e silenciado pelos textos acadêmicos utilizados.

A desconstrução de práticas de representação dominantes é um exercício explicitamente percebido na obra de Jean-Michel Basquiat (Marshall, 1995). Os fragmentos de suas telas revelam a dinâmica de resistência e de extraordinária originalidade que marcou sua trajetória. O vigoroso desafio de introduzir sua arte num meio artístico dominado pelas formas hegemônicas de representação, como o modelo ocidental de realismo e seu discurso hierárquico que preserva a subjetividade do ator ocidental, o definiu como sujeito pós-colonial, sendo sua vida e sua arte suscetíveis ao que Frantz Fanon chamou de “maldição” da objetividade ocidental.

Filho de imigrante haitiano, Jean-Michel Basquiat nasceu no bairro Brooklyn, na cidade de Nova Iorque, em 1960. Ainda jovem iniciou-se na arte do grafite, pintando com *spray* palavras, poemas e símbolos nas estações de trem e nos bairros ao sul de Manhattan. Integrou ativamente a emergente cultura da arte de rua que dominava a cena nova-iorquina, tanto na poesia, na música, nas exposições independentes como nos filmes, nos finais dos anos 1970 (Hager, 1986). Conquistou atenção pelo movimento SAMO©, um marco da onda artística do grafite, que apareceu na cidade no final dessa década. O SAMO significava “*same old shit*” (“*a mesma merda de sempre*”, em português) e foi criado por Basquiat, na época com 17 anos, e seus colegas Al Diaz e Shannon Dawson (Faflick, 1978). A sigla acompanhou sua arte do grafite entre 1977 e início de 1980, com desenhos e frases curtas de tom poético sarcástico, inspiradas numa literatura anticapitalista, antiarte e antirreligião (Simpsons, 1981).

Em 1981, Basquiat emergiu como grande revelação artística, sendo então considerado o primeiro pintor de ascendência africana a conquistar espaço no meio artístico nova-iorquino e a alcançar reconhecimento internacional (Brazier, 2008). Foi capa da *The New York Times Magazine* em 1985, numa reportagem intitulada “*New Art, New Money*”, elaborada pelo repórter Cathleen McGuigan. É também citado como o artista negro de maior sucesso financeiro da história (Tale, 1992:233), e seu legado artístico continua sendo escrito e

permanece importante no debate artístico. Realizou muitos projetos e exposições artísticas em conjunto com Andy Warhol. Hoje, as suas obras integram exposições e museus de vários países e, recentemente, estiveram no *Whitney Museum of American Art*⁵, no *Brooklyn Museum* e na *Gagosian Gallery*.

A construção de um discurso ocidental, com um imaginário “bárbaro”, repleto de exotismo, é evidente nas narrativas que descrevem a vida e a obra de Basquiat, na cidade de Nova Iorque. Lá, a sua arte frequentemente foi associada a um “primitivismo”, a uma “inocência”, ao desenho “infantil” ou a um produto da pintura bruta do subconsciente africano. Em depoimento citado na biografia escrita por Phoebe Hoban, o negociante de arte norte-americano, Larry Gagosian, por sinal, um “admirador” das obras de Basquiat, relata a impressão do primeiro encontro com o pintor: “*Fiquei surpreso ao ver que ele era negro e tinha o cabelo de um, você sabe. Eu não estava esperando. Eu não estava preparado para ter que interagir com alguém que se parecia com isso*” (Hoban, 2006:97). Em um catálogo para uma exposição, Bruno Bischofberger, negociante suíço de Basquiat, escreveu: “*Jean-Michel Basquiat conseguiu seu status na arte e na história da arte, pintando e desenhando o seu trabalho em um estilo primitivo o que nos atinge pela expressão de inocência*” (Armand, 2000:1).

Nas falas destes e de tantos outros críticos e críticas de arte é evidente a condolência de num cenário dominado pela segregação racial, onde o racismo se apresenta continuamente e de forma bastante sutil. Basquiat estava preso entre dois mundos e viveu uma intensa e penetrante discriminação. Como negro, sempre foi tratado como estranho, um “outsider” dos museus e das exposições dos brancos – como ele mesmo costumava falar –, e seu apelido artístico, “*criança selvagem*”, a forma como o pintor ficou conhecido, é nada mais do que um rótulo racista (Hoban, 2006:15). Como o *flâneur* descrito por Baudelaire⁶, Basquiat

⁵ Algumas das obras de Basquiat foram vistas pela autora na exposição do Whitney Museum of American Art sobre *pop art* em Dezembro de 2012. Além das biografias escritas sobre Basquiat, citada ao final desse trabalho, merecem destaque o filme biográfico “*Basquiat*” lançado em 1996 e o documentário “*Jean-Michael Basquiat: The Radiant Child*” lançado em 2009.

⁶ Embora tenha sido um conceito trabalhado por Walter Benjamin, foi o poeta Charles Baudelaire quem primeiro cunhou essa definição. Na obra, “*O pintor da vida moderna*”, o *flâneur* é aquele que vaga, observa e imagina com desapego - que Walter Benjamin chamou de “melancolia” – o cotidiano. Seu isolamento ganha sentido de resistência às formas de agenciamento da modernidade e às estéticas tradicionais. Lindamente, Baudelaire explica que “*para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e, contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente*” (2006: 857). Para as análises de Walter Benjamin sobre Baudelaire e os conceitos de melancolia e *flâneur*, ver: Benjamin, Walter.

caminhou na contramão da multidão, *a flâne* (vagueou) pela cidade moderna e por seus museus de pintores brancos, produzindo uma arte de crítica à arte, expondo, num toque desconcertante, “*imagens mais vivas do que a própria vida*” (Baudelaire, 2006:857), como se suas obras fossem um espelho da multidão desgarrada da qual saiu. Inspirou-se na realidade formidável para pintar o mal-estar do negro na modernidade, essa época disforme que se caracteriza por ser o que menos se parece consigo mesma (Benjamin, 1999:73).

Para além do mito que tem crescido em torno de Basquiat como um artista negro fascinante que morreu jovem, com 28 anos, é interessante olhar para o significado revolucionário de suas obras, para a sensibilidade política com a qual sua arte parecia profundamente sintonizada. Como parte do crescente e vibrante movimento cultural diaspórico que integrou, em igual medida, a música, o cinema, a literatura e a dança, Basquiat, desde o princípio, colocou o problema do colonialismo no centro de sua arte. Isso é atestado por inúmeros trabalhos, como *Ironia do Policial Negro* (1981), *Atletas negros famosos* (1981), *Leilão de escravos* (1982), *Gênio desconhecido do Mississippi Delta* (1983), *Liberais detestáveis* (1982), *Colonização parte II* (1982), *A morte de Michael Stewart* (1983) e *Toussaint L’Overture versus Savonarola* (1983).

Ao incluir as questões haitianas em inúmeras de suas produções, Basquiat passou a ser reconhecido com um dos maiores artistas do Haiti. Tornou-se símbolo da sua diáspora, lembrado como um autêntico *gwo nèg*⁷ haitiano (grande homem, em português) – conceito que

Charles Baudelaire, *um lírico no auge do capitalismo*. In: Obras Escolhidas III. São Paulo, Brasiliense, 1989; Benjamin, Walter. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. Elaleph, 1999.

⁷ O conceito de *gwo nèg* emerge dentro de um contexto histórico, cultural e linguístico específico do *Ayiti* (Haiti, em português). Mais concretamente: os rituais espirituais do vodu, a prática linguística *Kreyòl*, conhecida como *voye pwen* ou “*jogando pontos*”, as políticas localizadas de vários grupos historicamente conhecidos, como *zenglendo*, *chimés* e outras estruturas rurais de poder – fora do alcance oficial e das sanções governamentais centralizadas da capital haitiana de Port-au-Prince – têm direta e indiretamente contribuído para o conceito de *gwo nèg*. No Haiti, o conceito de *gwo nèg* significa um “grande homem”, quando *nèg* simplesmente significa “homem”, ou ainda mais geral, uma “pessoa” ou “ser humano”. Tanto em *Kreyòl*, como em francês, *nèg*, no Haiti, não tem sentido pejorativo de negritude (como um negro) ou de um homem negro. Não faz referência à raça. Para Brazier, a história revolucionária do Haiti tem sido marcada pela figura do *gwo nèg* ou do “grande homem”, cuja vida de indivíduos, suas conquistas heroicas (ou covardes) e suas mortes triunfantes (muitas vezes notórias) são ruínas frágeis e fragmentos da lenda ou da infâmia. O culto do *gwo nèg* opera no nível local, nacional e diaspórico. Um *gwo nèg* age como uma autoridade local em uma comunidade – dirigindo o tráfico, negociando relações de poder e mediando conflitos. Ser um *gwo nèg* no Haiti e na sua diáspora é ser um homem poderoso, aquele que impõe respeito, posição social e, acima de tudo, autoridade. O Estado haitiano e sua cultura política tem sido (e continua sendo) dominada pelas práticas ritualísticas e códigos culturais complexos do *gwo nèg*. A “*política do homem-nismo*” permeia todos os níveis da cultura haitiana, como fala Brazier, “*o homem poderoso que carrega o peso político é chamado de gwo nèg*”. Contrariamente à percepção popular na opinião pública dos Estados Unidos, os *gwo nèg* do Haiti, com certeza, não são meramente homens da violência, da corrupção, dos golpes de Estado e dos Estados militares, os quais constituem sua minoria volátil (homens desprezíveis, como Amyot Metayer, Louis Jodel Chamblain, Emmanuel “toto” Constant e Guy Philippe): o “grande homem” do país, em sua vasta maioria, inclui aqueles com

nos revela muito sobre as construções culturais e o desempenho da masculinidade negra, na diáspora haitiana nos Estados Unidos. Examinando as performances artísticas de Basquiat, Jana E. Braziel vale-se da práxis linguística do *gwo nègs* para analisar diversas formas de produção cultural diaspórica da masculinidade negra haitiana. Para a autora, “*ser um gwo nègs na diáspora do Haiti é tomar o local em espaços translocais, exportar a política do grande homem-nismo transnacionalmente e implantar práticas políticas locais no interior de contextos migratórios a fim de criticar as políticas dos países diáspóricos de adoção*” (Braziel, 2008:45). Basquiat toma o cultural como político, ao expressar na arte o quanto o sujeito diaspórico permanece ligado ao interior do seu campo nacional de significados semânticos, incorporando à sua nova trajetória, ainda mais vigorosamente, seu próprio modo de ver o mundo – constituído pela história, pelas práticas de resistências e pelas lutas de liberdade do seu país de origem.

Como pintor diaspórico, Basquiat apresentou a mais viva arte contra-hegemônica, indo em sentido totalmente contrário à institucionalização/homegenização de uma estética e de uma teoria para o “Terceiro Mundo”, pelos movimentos discursivos dos pensadores ocidentais contemporâneos (Dimitriadis & Mccarthy, 2000). Tais movimentos possuíram a tendência de anular o curso de vida dos sujeitos dos espaços “periféricos” ou do nosso chamado mundo “subdesenvolvido”, negando as especificidades históricas das suas narrativas pós-coloniais e de suas práticas artístico-culturais. Designaram os temas e os motivos das criações estéticas do Sul como instâncias falsificadas, como cópias que desejam o lugar do original, como arte que não possui casa própria, nem estética ou pensamento real (Dimitriadis & Mccarthy, 2000).

Nesse contexto opressor, a raiva foi o espírito que guiou sua obra, “*85% of anger*”⁸, como ele mesmo afirmou, e que tornou Basquiat o melhor de sua arte. Numa poética intensamente política, suas pinturas travaram revoluções contra as estruturas do colonialismo e do racismo e representam uma das mais importantes manifestações artísticas da diáspora haitiana. Desviou-se da monotomia que sustentava a arte racionalizada ao engajá-la na história, afirmando, nesse engajamento, sua autonomia de sujeito social criador, transformador, “*capaz de ter raiva porque capaz de amar*” (Freire, 1997:46). Fez de seu pincel instrumento de emancipação e

valores, homens com coragem, honra, talento e brava resistência à repressão militar, à violência de Estado, à ditadura e à intervenção militar. O *gwo nègs* do Haiti inclui aqueles homens nobres, como Jacques-Stephen Alexis, Antoine Izmyery e Jean Dominique, que se tornaram mártires na luta pela liberdade do país (Braziel, 2008).

⁸ “*Geldzahler: Is there anger in your work now? Basquiat: It's about 80% anger!*”. Entrevista concedida por Jean-Michel Basquiat à Henry Geldzahler em Fevereiro de 1983. Acesso em: <http://www.interviewmagazine.com/art/new-again-jean-michel-basquiat>.

reflexividade histórica, fazendo do passado uma “obra de arte”, uma bruma que suprime a consciência da temporalidade, como propôs Nietzsche (2005).

\

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, evidenciamos como, historicamente, o Haiti vem sendo alvo de inúmeras ocupações estrangeiras voltadas a governar o espaço e a conduta de sua população. Tais práticas interventivas, primeiro agenciadas pelas metrópoles para a colonização, permanecem sendo realizadas, de outras maneiras, após o fim do colonialismo. As políticas de segurança empreendidas pelas intervenções contemporâneas, resguardam elementos intrínsecos à colonialidade antes constituída e ainda apresentaram-se como legítimos instrumentos de fronteira, como linha demarcatória de polarização pela qual o poder do “eu” estrangeiro se reforça enquanto o do “outro” haitiano se inferioriza. Situando-se nesse “entrelugar” das relações de poder, espaço em si irrepresentável, os aparatos de controle são constituídos por contradições e ambivalências e não possuem uma fixidez primordial, o que garante que suas formas sejam apropriadas, traduzidas, re-historicizadas e lidas de outro modo. O movimento de divisão composto pela autoridade colonial para o alinhamento dos haitianos em dualidades estereotipadas – bárbaro/civilizado, negro/branco, eu/outro – foi, em diversos momentos, perturbado, tendo suas bases dispersadas e deslocadas por fortes resistências locais.

Exposta essa constatação geral, apontaremos, a partir de reflexões efetuadas nos três capítulos deste trabalho, as possíveis considerações finais desta pesquisa. O conjunto de experiências, leituras e indagações realizadas ao longo da trajetória investigativa será aqui incorporada para produzir a síntese conclusiva. As observações finais que seguem, são compostas por reflexões teóricas e, especialmente, por dados obtidos nas vivências de campo. Os diários da observação e as informações colhidas nas entrevistas são extremamente importantes, uma vez que é através desses dados que nos propomos a explorar como as relações de colonialidade são ressignificadas, rompidas ou mesmo intensificadas pelas práticas de governo exercidas pela atual intervenção internacional.

As considerações finais que este trabalho se permite apontar passam a ser desenvolvidas na sequência.

As especificidades históricas do universo colonial haitiano tencionaram a teoria foucaultiana sobre a emergência do poder político moderno. A partir de uma reflexão sobre as técnicas de controle implementadas desde o início do processo colonial, como as de genocídio, na colonização espanhola, e as de disciplinarização, na colonização francesa, percebemos como o

formato moderno do poder – pela sua estrutura positiva que está voltada a produzir efeitos sobre uma população (como propõe Foucault) – se deu desde o marco colonial. O limite da contextualização histórica feita neste trabalho não impede-nos de apontar esse argumento. O material empírico utilizado – as narrativas produzidas sobre a história haitiana – nos mostra esse detalhe sem grandes esforços ou generalizações, o qual trazemos como uma descoberta não esperada ao longo da pesquisa. As práticas de governo desenvolvidas pela autoridade colonial para o controle, o conhecimento e a disciplinarização do “outro” não apenas tornaram possível o projeto de colonização, como permitiram a emergência de formas modernas de poder, como a colonialidade. Os estudos pós-coloniais, conforme mencionamos, vêm defendendo o conceito de modernidade-colonialidade, com o intuito de resgatar as histórias, as práticas e as violências coloniais suprimidas pelas narrativas da modernidade. Essa investigação realizou esse exercício ao identificar a emergência de formas modernas de poder no marco colonial haitiano, ampliando os registros históricos de Foucault para além do espaço-tempo europeu.

Essa constatação nos leva a formular outras reflexões:

a) A primeira delas é a necessidade de reinserir o Haiti na história, como lócus onde o poder moderno foi também nele e com ele gestado⁹. Chackrabarty (2000) nos orienta a reinterpretar o passado e a desconstruir as histórias hegemônicas, ilustrando como a razão moderna e suas formas de poder, antes de serem marcas europeias, tiveram participação direta do mundo “não ocidental”. Apesar da inviabilidade de auferir até que ponto as tecnologias gestadas no espaço colonial foram exportadas como métodos de controle para o Ocidente, desde o século XV, é possível afirmar que o Haiti constituiu-se como lócus dessas novas práticas modernas e de suas resistências (caso da Revolução Haitiana), o que nos retrata o papel das colônias como campos de experimentação da modernidade. Como observado, o genocídio e a escravidão, praticados pelos espanhóis e franceses durante a colonização do Haiti, e em outras colônias, foram transportados para o universo europeu, tanto no holocausto, como nas novas formas de servidão do período industrial.

Procurando visualizar, em sua complexidade, o eterno retorno desse fenômeno, podemos evidenciar, no presente, a utilização do espaço haitiano como laboratório, onde práticas

⁹ Não queremos, com essa afirmativa, buscar a origem do poder moderno; esta não é, nem nunca foi, o objetivo da contextualização histórica desta pesquisa. Como afirma Foucault (1986:19), o objetivo não é ir à “origem”, “*negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; [é], ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar atenção à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir; máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las onde elas estão*”.

de segurança estão sendo nele gestadas para depois serem exportadas e aplicadas em outros contextos. Mesmo que os objetivos expressos sejam diversos daqueles da colonização, ainda vemos o espaço e a população haitiana como alvos de experimentações Ocidentais no campo das técnicas de controle e segurança. Essa afirmativa está fundamentada no estudo de campo junto ao Exército Brasileiro no Haiti. Em todas as entrevistas com sargentos ou, mesmo, generais do Exército, estes mencionaram, com frequência e orgulho, que as operações de segurança realizadas em solo haitiano, traduziram-se na fórmula e no modelo “ideal” para a pacificação das favelas do Rio de Janeiro. Esse modelo – utilização de um corpo militar do exército e seus aparatos (armamentos, blindados, etc.) para sanar uma questão de segurança pública (não de guerra) –, realmente, é fato, foi utilizado na favela carioca. A preparação de militares para ações de segurança pública em cidades é uma das metas previstas na própria Estratégia Nacional de Defesa, para a qual o Haiti foi um espaço profícuo.

Além disso, no que se refere aos policiais, a UNPOL (Polícia da ONU) recebe oficiais de diversos países¹⁰, que integram o corpo de segurança de forma individual (como o Brasil, que envia policiais individuais) ou mesmo em grupo (como Canadá, que envia grupos de policiais). Os policiais vão ao Haiti com vários objetivos profissionais, financeiros ou mesmo como integrantes de projetos políticos que seus países formam para contribuir com a ONU. Lá desenvolvem inúmeros projetos, implantam sistemas prisionais, delegacias de polícia, entre outros modelos de gestão Ocidental em segurança pública. Ainda que suas atuações resultem em impactos positivos ao Haiti, não podemos deixar de notar que tais profissionais experimentam o espaço haitiano e o utilizam como meio/caminho para sua própria capacitação e crescimento profissional.

b) Sendo o poder político moderno uma configuração articulada no marco colonial, são também coloniais as técnicas de governo e racionalidades que o operam. Gestadas pelas relações de colonialidade, a racionalidade e suas técnicas de controle atuais podem ou não funcionar com objetivos similares aos que a orientaram durante colonização. Na verdade, constatar essa questão é um grande desafio; em seu bojo está a vontade de compreender, sem fazer generalizações, as continuidades e rupturas coloniais nas práticas de segurança estrangeiras empreendidas no Haiti pós-independência.

¹⁰ Para a lista de países dos policiais, ver: <http://www.minustah.org/activites/police/composition/>

Vimos que o papel das práticas de segurança durante a colonização foi inserir e assegurar a cisão colonial entre o “eu” superior/branco/civilizado e o “outro” inferior/negro/bárbaro, o que Fanon sintetiza como a principal função das forças de segurança e punição no contexto colonial. Diante da alteridade dos nativos tainos e dos escravos africanos os colonizadores operaram a “fuga da autoincriminação”, isto é, optaram por criminalizar a cultura destes povos e punir severamente qualquer forma de resistência. Evidenciado o papel divisório e polarizador que as técnicas de controle, especialmente as de segurança e punição, possuíam na sociedade colonial, cabe-nos problematizar a permanência dessa instrumentalização dos aparatos de segurança nas formas de controle empreendidas no Haiti pós-colonial.

No caso da atual presença das Nações Unidas no país, é possível constatar, pelo grande montante de militares e policiais estrangeiros, sem contar os demais atores internacionais, a importância que o aparato de segurança assume naquele contexto¹¹, especialmente como mecanismo de interlocução com a população. Os oficiais que integram o corpo de segurança da MINUSTAH foram os mais vistos nas ruas de Porto Príncipe, capital haitiana, durante a pesquisa de campo. Esses estão em constante contato com os haitianos, enquanto os que integram os setores administrativos, que compõe outro grande número de pessoas, trabalham em escritórios fechados e protegidos.

As práticas de segurança, contudo, não podem ser generalizadas, nem consideradas ou reduzidas, como um todo, à instrumentos de polarização e manutenção das relações de colonialidade. A diferença entre as atividades do corpo policial e militar e multiplicidade de técnicas que esses organismos e agentes lançam no espaço haitiano, são marcantes. As conclusões aqui apontadas são extraídas de entrevistas e observações participantes, realizadas em campo, sobre parte dessas práticas que, como ouvinte e observadora, tomo o direito de interpretá-las. No caso das práticas das operações militares, uma força que tem por objetivo manter um ambiente seguro e estável, apoiar as atividades de assistência humanitária e ajudar as instituições nacionais haitianas, foi possível (e como!) observar a instrumentalização desse aparato de segurança ao *modus operandi* da colonialidade – instrumentalização essa que não é idêntica, mas é original em sua própria forma e contexto no qual está inserida. Os fatores que nos levaram a essa constatação são: primeiro, o fato da presença da ONU no Haiti (especialmente de seus aparatos físicos e de suas forças armadas), ao olhar de um observador comum, apresentar-se

¹¹ Conforme dados oficiais: <http://www.minustah.org/activites/police/composition/>

como agressiva em si mesma. A missão está por toda parte, com gente, prédios e atividades próprias, é como se tomassem conta do Haiti e que o espaço fosse deles. Não tem como não constatar o quanto é agressivo e desgastante ter por mais de 10 anos estrangeiros ocupando território haitiano e dizendo o que fazer a sua população e governo. As forças de segurança são instrumentalizadas para criar polaridades entre os haitianos e os *blancs*. O segundo fator que nos leva a perceber a presença da colonialidade na atuação das forças de segurança da MINUSTAH é o da racionalidade política, isto é, a hierarquia que existe entre os conhecimentos e saberes dos atores estrangeiros e dos haitianos. Os estrangeiros vão lá para levar seus “melhores conhecimentos”, o *know-how*, aos “ignorantes” haitianos – seguindo a relação de poder-saber explicada por Foucault – criando por eles, e os dizendo como fazer, suas instituições de segurança pública. Recordo-me de uma entrevista que conduzi sobre a Academia de Polícia Haitiana, que tem o currículo e até professores oriundos de países-chaves, que arbitrariamente decidem o que deve ou não estar na formação daqueles policiais¹².

A quantidade inexplicável de operações de patrulhamentos, em um contexto de baixo índice de criminalidade, leva-nos a questionar os objetivos reais da missão no país. O fato é que a motivação inicial para a ocupação militar foi a restauração da ordem política, após um período de insurgência e deposição do presidente Jean Bertrand Aristide. O problema do Haiti é muito mais político (os conflitos das famosas elites haitianas para ocupar o poder, e até mesmo muitas das gangues eram formadas por integrantes e ex-integrantes dos grupos políticos do exército) e não remete a uma síndrome de violência generalizada. O tratamento militar de “guerra” dado pela ONU no Haiti deve ser cada vez mais questionado. O relacionamento da ONU com o governo haitiano, o Estado “oficial”, formado pelas suas elites, parece-nos a justificativa mais razoável para manter toda essa força de segurança no país; a proposta das forças militares e policiais seria manter essa elite no poder, buscar a “estabilização” da política haitiana e oprimir as latentes resistências.

Para identificarmos a presença da colonialidade do poder nesse programa de segurança estrangeira que toma forma no atual Haiti, cabe-nos questionar, basicamente, se eles são realmente necessários para manter a estabilidade política do seu governo? Se sim, a quem serve essa estabilidade política e essa “ordem” (sendo que a MINUSTAH é conhecida pela sua repressão e controle das manifestações públicas, especialmente as dos estudantes da UEH)? Ao

¹² Conforme entrevista realizada com policial da UNPOL sobre SSR Reform.

Estado “oficial” ou a nação? Para quem a MINUSTAH realmente está fazendo diferença? Qual é o propósito de todo esse longo programa de segurança estrangeira, de todas essas patrulhas, sobre uma população pobre e com baixos índices de criminalidade? Ao final, resta-nos questionar os reais objetivos dos atores de segurança para com o Haiti: se é manter essa elite no poder, protegendo-a da nação “não-oficial”; se é utilizar-se do espaço haitiano para treinamento e capacitação militar; se é garantir a segurança dos estrangeiros, dos “especialistas”, que lá atuam; se é aproveitar-se das flagelas do Haiti para “dizer” politicamente que está protegendo o país e, assim, ganhar uma imagem melhor perante a ONU (caso do Brasil com seus objetivos para ingressar no Conselho de Segurança); se é auxiliar os Estados Unidos¹³ no controle da pequena nação, que ocupa uma posição estratégica à segurança dos norte-americanos e está próxima da perigosa Cuba; se é conter os imigrantes haitianos que, desesperados pela fome e pela ineficácia do seu governo, querem sair do país; ou se é mostrar o poder que o Brasil tem na América Latina, conforme um diplomata brasileiro que representa o país na ONU, revelou: “*também é uma forma de mostrar para ONU que ela não vai entrar na América Latina assim, sem a atuação direta e sob a liderança do Brasil*”¹⁴.

Tendo feito essas considerações, vemos que a força de segurança da ONU, com sua forte “*presença imediata*” e com suas inúmeras “*intervenções diretas e frequentes*” (Fanon, 1968:28), munidos de inúmeros aparatos e armas de guerras, são desproporcionais e hostis ao contexto social haitiano. Não há como não apontar – ainda mais tendo visto isso na visita de campo – que há uma forte violência sobre o espaço haitiano, um uso indevido de seu território e uma maneira hostil de lidar com sua população. Os agentes de segurança são aqueles que fazem o contato e intermedeiam as relações com a nação “não-oficial”, e engendram uma estratégia de controle neocolonial. A missão também possibilita a contínua internacionalização de sua elite política e asseverando a opressão que esta realiza sobre a maioria camponesa. Sem falar que, a falta de aceitação da presença internacional, justamente por essa maioria pobre da população, a nação “não-oficial”, produz muitos dos conflitos e violências existentes no país.

Além disso, certos projetos de segurança, estão sendo executados com certo descaso e com uma permanente inefetividade – razão pela qual a ONU, depois de tantas missões

¹³Quando percebemos os países que hoje comandam financeiramente o eixo policial da MINUSTAH e seus relatórios (França, Estados Unidos, Canadá), lembramos da assertiva de Fanon (1968:26): “*O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado*”.

¹⁴ Conforme entrevista realizada na Missão do Brasil junto à ONU em 20 de Maio de 2012.

ineficientes no Haiti, retornou em 2004, e até hoje lá está, sem ter alcançado grandes resultados. Com todo esse aparato de segurança, não é possível, pelo menos não é aconselhado e até é proibido, andar pelas ruas do Haiti (!).

c) No momento em que refletimos as continuidades das relações de colonialidade nas práticas de controle e segurança impostas pelos governos estrangeiros no Haiti, em tempos e contextos diferentes, cabe-nos indagar sobre as racionalidades que as operam. No tempo colonial, essa divisão binária dava-se pelo estabelecimento de regras de diferença, conforme exposto por Quijano, Bhabha e outros autores, e como vimos na história da colonização espanhola e francesa. Tais regras eram determinadas por uma racionalidade racista e mercantil, de matriz eurocêntrica, que proclamava a superioridade de um povo sobre outro e, assim, autorizava e legitimava muitas formas violentas de exploração. No que se refere à atualidade haitiana, a racionalidade eurocêntrica foi uma das questões que mais me chamou atenção durante a pesquisa de campo. Em algumas conversas, diálogos e palestras que tive a oportunidade de presenciar, definitivamente, senti como se estivesse imersa na história colonial do Haiti, me senti no passado ouvindo discursos comuns aos colonizadores franceses.

Ao identificarmos essa construção mental – a ideia de “raça” –, que tornou possível uma racionalidade específica – o eurocentrismo –, que hoje se faz presente na política de segurança onusiana, constatamos tal política como mais uma experiência de controle colonial, tornada possível por esse eixo “racial” constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. No caso em análise, quando afirmamos que a política onusiana de segurança é orientada pelo eurocentrismo – racionalidade que classificou a população mundial numa suposta diferença biológica, situando uns em situação de natural inferioridade em relação aos outros –, queremos dizer que tal política tem em seu cerne os eixos fundamentais da colonialidade do poder.

É justamente dentro do sistema colonial que a noção de “raça” foi criada e, com ela, nasceram as instituições de controle e as teorias “científicas” que serviram para justificá-la. Nos séculos XVI e XVII, quando os europeus iniciaram a escravidão na África e no Novo Mundo, um conjunto de discursos foi elaborado para justificar, de alguma forma, o que se fazia. Nasceu aí a imagem da inferioridade dos negros, uma ideia útil para orientar, sem sensibilizar, o olhar sobre a natureza daqueles indivíduos que estavam sendo acorrentados e amontoados como animais. Esses discursos, que na fase ibérica do colonialismo europeu se justificavam em nome de uma religião

superior, passaram, na fase hegemônica, no século XIX, a se justificar “*em nome de uma capacidade superior de conhecer e transformar o mundo, assente na ciência*” (Menezes et al, 2007). Sendo justamente na ciência, nessa relação de poder-saber, que vemos a “necessária” presença da MINUSTAH, com seus “melhores” conhecimentos e recursos humanos “mais capacitados”.

Em *Peles Negras, Máscaras Brancas*, Fanon (1968) nos ensinou que o racismo e o colonialismo devem ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo. Para Fanon, o processo de construção do negro é evidente, caso contrário não haveria razão para as pessoas pensarem sobre si mesmas em termos raciais. O mundo colonizado, na perspectiva do autor, é cindido em dois compartimentos habitados por espécies diferentes. Essa é maior originalidade do contexto colonial, de maneira que nem as realidades econômicas, nem as desigualdades ou a enorme diferença dos modos de vida lograram mascarar essa questão da realidade humana. Basta observar o contexto colonial para perceber “*que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça*” (Fanon 1968:29).

Esses apontamentos conduzem-nos à questão ainda latente: como o modo de ver do sistema colonial, que produziu essa cruel ideia de “raça”, criando uma dicotomia tão fundamental, ainda persiste nos tempos atuais? Inspirados nas análises do contexto haitiano, entendemos que a permanência do racismo significa, fundamentalmente, que as práticas de controle impostas pelos governos intervenientes ainda estão sendo produzidas no interior de um contexto colonial. A assertiva ontológica de Quijano (2005) já nos esclareceu que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. É justamente no contexto colonial que algo como “raça” é criado. Os europeus não se tornaram traficantes de escravos por que eram racistas, tornaram-se racistas por que colonizavam e usavam escravos para obter lucro. A “raça” e a cor, nesse sentido, são representações construídas pelo modo de ver do colonizador. Qualquer expressão do racismo no mundo contemporâneo mascara uma expressão do próprio colonialismo.

Importa destacar que o fator racial é uma linha demarcatória que é traçada não apenas dos brancos/estrangeiros em relação aos negros/haitianos, como no sentido contrário. Existe uma série de resistências dos haitianos à presença estrangeira que, é também, em algum nível, identificada por sua cor, vestimentas, carros e armamentos.

A permanência da racionalidade eurocêntrica na política de segurança onusiana também é constatada no desconhecimento que os atores internacionais têm sobre a realidade do

Haiti. Muitos vivem no Haiti dentro de “mundos à parte” e se quer conhecem a população, a cultura e o lugar ao qual estão inseridos. Durante a vivência de campo, ao compartilhar dos espaços e do dia-a-dia desses atores, a impressão que tive é a de que não estive no Haiti, a qual é também a sensação de muitos dos internacionais que lá estão (embora de forma não tão consciente, pois muitos nem estão interessados em se sentir no Haiti). O ditado haitiano “*não é porque está indo embora que você chegou*” foi o senti no momento de deixar o país – por ter estado constantemente com os *blancs*, no seu “mundo”.

Sem compreender a cultura e as particularidades haitianas, esses atores acabam por concebê-los a partir de seus próprios modos de vida e valores. Ao tentar promover a segurança do país, não estão interessados em saber como os haitianos veem a criminalidade e a violência, bem como as formas locais, construídas culturalmente, de negociar com esses conflitos. Ao mesmo tempo em que as políticas de segurança da ONU esforçam-se para instituir no país aparatos ocidentais de controle do crime, como a Polícia Nacional Haitiana (PNH), delegacias e presídios, os haitianos que praticam o vodu, religião predominante ao país, não se utilizam desses aparatos para resolver seus conflitos e violências, muito menos dos aparatos estatais “oficiais” que a ONU tanto vem se esforçando para consolidar.

Fanon já disse que a recusa da diferença transforma o sujeito colonizado em desajustado. E, em algum nível, parece-nos que é justamente esse o sentimento dos haitianos para com os atores de segurança estrangeiros que, desinteressados e desengajados com seu país, cultura e população, relacionam-se com o seu universo apenas por meio da linguagem da violência. Na própria racionalidade eurocêntrica que ainda permeia e orienta a maneira do Haiti ser percebido, o “eu” e o “outro” é definidor das relações traçadas junto à população haitiana.

d) Outra reflexão que a afirmativa geral leva-nos a apontar é que, sendo essas práticas de governo gestadas no/com o marco colonial, não bastam fazer conexões que possam reposicionar o Haiti na história moderna. No esforço dos estudos pós-coloniais, faz-se necessário problematizar e compreender as relações de colonialidade que operaram essas práticas do poder político moderno-colonial, buscando encontrar, nessa relação, um lugar de enunciação que possa escapar às adstrições binárias e essencialistas do colonialismo, transgredindo as fronteiras da diferença traçadas pela autoridade colonizadora em oposição ao colonizado. Com base na proposta de Bhabha (1998), podemos afirmar que essa cultura do controle – com seus mecanismos de disciplinarização, normalização e securitização – foi constituída na articulação do

colonizador com a diferença do colonizado. Em contraposição às localizações, fixações ou aprisionamentos dessas práticas e técnicas na autoridade colonial, as compreendemos como uma cultura articulada contextualmente, no entremeio das lacunas de sentido produzidas no encontro com o “outro” e suas resistências. Reconhecer o hibridismo do poder “*desestabiliza profundamente a demanda que figura no centro do mito originário do poder colonialista*”, onde a cultura do controle como intervenção pode ser transformada pela resistência e “*pelo desejo do imprevisível e parcial do hibridismo*” (Bhabha, 1998:167).

Poderíamos sugerir, se analisarmos o poder a partir da perspectiva dos haitianos, uma cultura de *controle penal híbrida*, constituída na especificidade histórica do Haiti, em vários contextos e de múltiplas maneiras, do mesmo modo que a técnica da *biocolonialidade*. No caso atual, como descrevemos anteriormente sobre a MINUSTAH, haveria não práticas e técnicas de controle estrangeira/brasileira/ocidental que são implantadas no Haiti. Devido ao processo de hibridismo, essas práticas e formas de controle devem ser pensadas como continuamente partilhadas, nas suas múltiplas contextualidades, através de relações de poder diferenciadas que reinscrevem os haitianos essa relação. O efeito das práticas de goveno estrangeiras é múltiplo e contraditório, uma vez que as inesperadas resistências postas pelos haitianos, que seriam objeto das estratégias de poder – controle/vigilância/disciplina –, transformariam a própria autoridade, que constantemente deixa de ser reconhecida.

Existe uma série de resistências dos haitianos à presença estrangeira, que, no limite desta conclusão, não poderemos descrever. Apenas cabe observar que elas seguem sendo criminalizadas e, até mesmo, registradas como crimes, “ofensas para a tropa”. Existem também outras resistências, não tão visíveis, em apropriar os modelos ocidentais, instituições e formas de organização. Não é por acaso que a MINUSTAH está no país há 10 anos – e ainda assim não se mostra efetiva – , dado que os principais problemas políticos que permeiam o governo permanecem como antes e, de algum modo, aprofundaram-se ainda mais, com as novas relações de dependência econômica e social estabelecidas com o aval da ONU.

e) O contexto de silenciamento histórico também merece ser destacado nestas considerações finais. Durante a análise, percebemos o quanto a história haitiana vem sendo omitida, num contexto de silenciamento que teve importantes consequências ao país e impacta o seu presente e destino por meio de um imaginário (especialmente dos estrangeiros que lá atuam) que, frequentemente, ignora/desconhece o impacto dos feitos haitianos ao mundo e banaliza o

vigor das resistências que historicamente definem a nação. O presente haitiano é frequentemente percebido como resultante de um passado de incapacidade social, sendo necessário, portanto, intervenções “protetivas” nesse país supostamente incapaz de se consolidar sozinho. Parece-nos que esses enunciados ocidentais que reduzem o presente haitiano à violência e ao conflito cooptam, justamente, as mesmas representações sobre os negros/escravos construídas na colonização.

Questionamos também até que ponto a comunidade internacional, com sua cegueira quanto a história e a cultura dos haitianos, estaria sujeita a cair, ainda hoje, nos mesmos erros do passado. Quem sabe, como se sucedeu com as revoltas durante a colonização, esteja “*fora do quadro de compreensão*” da comunidade onusiana perceber as resistências haitianas a sua presença, tanto nos atos manifestos como nos não tão manifestos, como a recusa e agência haitiana em inserir, apropriar e reproduzir, no seio de sua sociedade e cultura os saberes, instituições políticas e modelos de segurança e paz ocidentais, trazidos pelos países “desenvolvidos”. Tais recusas vêm sendo descritas, quase sempre, pelos atores internacionais, como incapacidade ou desinteresse do governo e da sua sociedade, mas poderiam ser vistas como modos originais de resistência, postos por uma nação que, desde sua origem, aprendeu a viver à margem.

Para além de contestar as heranças coloniais no modo de perceber o universo haitiano – que, por sinal, permaneceu sendo trama predominante, pois “*a história do Haiti é a história do racismo*” (Galeano, 2010:1) –, indagamos como a produção dos silêncios pelas narrativas históricas perpassa a subjetividade dos historiadores ocidentais para disseminar-se num contexto muito mais amplo ao próprio passado em disputa. Trata-se de enfrentar a dimensão por vezes impensada pelo próprio conhecimento histórico: a de como suas narrativas reproduziram e solidificaram representações coloniais no presente, moldando, de algum modo, o próprio olhar da política de segurança atual. A mesma perspectiva orientadora desta história “esquecida” e estereotipada é vista em muitos discursos contemporâneos das políticas internacionais que, da mesma maneira como distorcem o passado, *suprimem do presente haitiano suas outras realidades possíveis*. O constante resgate dessas narrativas oprimidas, desperta-nos para outras memórias possíveis e, no limite, leva-nos a imaginar um outro presente haitiano, quem sabe aquele até então impensável – tão impensável quanto foi a própria Revolução Haitiana.

O percurso pela história, além de nos permitir compreender como os movimentos de resistência foram colonialmente subjugados e, por isso, criminalizados e narrados como atos de violência, sujeitos a todos os tipos de controle, incitou-nos, ademais, a refletir sobre como as políticas de controle e segurança são historicamente impregnadas pelas relações de colonialidade. É audacioso fazer uma generalização, pois este trabalho não avaliou todas as relações, nem tinha esse objetivo, e não vemos como uma afirmativa absoluta e fechada poderia ser próxima à realidade. A proposta foi realizar uma contextualização, apresentando o Haiti pela sua história, especialmente a escrita pelos historiadores haitianos, problematizando, nessas narrativas, como o governo colonial operava as técnicas de controle sobre a população colonizada e, ao mesmo tempo, como as resistências dos sujeitos de governo foram capazes de desarticular imponentes formas de poder. Esse recuo no tempo permitiu-nos visualizar a diversidade de formas com que a racionalidade colonial operava suas técnicas de controle para disciplinar e conter as resistências subalternas das massas haitianas.

Esse empreendimento nos levou a refletir sobre o papel que as práticas de segurança possuem em meio aos contextos coloniais e como as mesmas nos possibilitam evidenciar a presença da colonialidade do poder nas políticas intervencionistas que tomaram forma no Haiti pós-independência. O intento não foi o de pensar as rupturas do tempo, mas, principalmente, desvendar as continuidades – frequentemente esquecidas em uma sociedade indiferente à história que busca incessantemente ser moderna e, para isso, afirma sua utópica independência ao passado, num impasse que, de a-histórico, se tornara anti-histórico. Por mais que os agentes históricos proclamem a fundação do novo no Haiti, existem determinados modos de governar que persistem e que interferem diretamente nas experiências individuais e coletivas de sua historicidade. Enquanto persistirem certas relações de colonialidade, viveremos o *eterno retorno do passado*, como nos leva a pensar Bruno Latour. Parafraseando Nietzsche, Latour afirma que “*os modernos têm doença da história*”: “*estaremos realmente tão distantes de nosso passado quanto desejamos crer? Não, já que a temporalidade moderna não tem muito efeito sobre a passagem do tempo. O passado permanece, ou mesmo retorna*”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004b;
- AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2004;
- AGOZINO, Biko. *Counter-colonial criminology: a critique of imperialist reason*. Londres: Pluto Press, 2003;
- ALEXIS, Jacques Stéphen. *Prolégomènes à un manifeste du réalisme merveilleux des Haïtiens*. *Dérives*. Montréal, n.12, 1970. p. 245-271. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/alexis/jalexis.pdf>>. Acesso em 02/jul/2012;
- ANGHIE. *Colonialism and the Birth of International Institutions: Sovereignty, Economy and the Mandate System of the League of Nations*. In: *New York University Journal of International Law and Politics*, v. 34, n. 513, 2001;
- ANGLADE, Georges. *Atlas critiques d'Haïti*. Montreal: ERCE & CRC, 1982;
- ANGLADE, Georges. *Éloge de la Pauvreté*. Montréal: ERCE, 1983. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/anglade_georges/eloge_de_la_pauvrete/eloge_de_la_pauvrete.html>. Acesso em 09/09/2012;
- ANGLADE, Georges. *Espace et liberté en Haïti*. Montréal: ERCE & CRC, 1982;
- ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias de los pensamientos criomnológicos*. Buenos Aires: Del Puerto, 2005;
- ANJOS, José Carlos dos. *Bourdieu e Foucault: derivas de um espaço epistêmico*. In: *Anos 90*. v. 11, n. 19/20. Porto Alegre. jan./dez. 2004, p.139-165;
- ANNAN, Kofi. *Report of the Secretary-General on the Rule of Law and Transitional Justice in Conflict and Post-Conflict and Societies (S/2004/616)*. Nova Iorque: Nações Unidas, 3 de Agosto de 2004.
- ANTOINE, Régis. *La littérature franco-antillaise - Haiti, Guadeloupe et Martinique*. Paris: Éditions Karthala, 1992;
- ANTOINE, Régis. *La littérature franco-antillaise: Haiti, Guadeloupe et Martinique*. Paris: Éditions Karthala, 1992;
- ANTONIN, Arnold. *Haïti: la enésima crisis electoral*. Nueva Sociedad. Buenos Aires Edición Especial, Mar. 2006;
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007;
- ARDOUIN, Beaubrun. *Etudes sur l'histoire d'Haïti*. 11 vols. Paris: Dezobry et Magdeleine, 1853;
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1988 ;
- ARISTIDE, Jean-Bertrand. *Toussaint L'Ouverture. The Haitian Revolution*. New York: Verso, 2008;

- ARMAND, Louis. *Jean-Michel Basquiat: Identity and the Art of (Dis)empowerment*. Ano: 2000. Disponível em: <<http://web.ff.cuni.cz/~lazarus/basquiat.html>>. Acesso em: 24/fev/2013.
- ARROM; ALEGRIA. *Taino: Pre-Colombian Art and Culture from the Caribbean*. Nova Iorque: Monacelli, 1998;
- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. Resolução (A/RES/45/2) da ONUVEH. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/45/a45r002.htm>>. Acesso em: 30/ago/2012.
- AVRIL, Prosper. *From Glory to Disgrace: The Haitian Army, 1804 – 1994*. Parkland -Florida: Universal Publishers, 1990;
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Sociologia e Justiça Penal: Teoria e Prática de Pesquisa Sociocriminológica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010;
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002;
- BARKER, J. C; GRANT, Parry. *Encyclopedic dictionary of international law*. Oxford University Press, 2000;
- BAROCO, M. M. *Imagining Haiti: representations of Haiti in the American press during the U.S. occupation, 1915-1934*. Disponível em: <http://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1042&context=history_theses>. Acesso e 07/06/2013;
- BARTHÉLEMY, Gerard. *Le pays en dehors: essai sur l'univer rural haitien*. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps/Montréal: CIDIHCA (Centre International de Documentation et d'information Hitienne, Caraibéene et Afro-Canadienne), 1989;
- BASQUIAT, Jean-Michel. *Entrevista concedida por Jean-Michel Basquiat a Henry Geldzahler em Fevereiro de 1983*. Disponível em: <<http://www.interviewmagazine.com/art/new-again-jean-michel-basquiat>>. Acesso em 30/jul/2013;
- BASTIEN, R. *La familia rural haitiana – Vale de Marbial*. México: Libra, 1951;
- BATTLE PENA, Lic Manuel. Discurso pronunciado pelo presidente da câmara. In: *La frontera de la Republica Dominicana com Haiti*. R. D.: Editorial la Nación, 1946
- BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 851-881;
- BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002;
- BECK, Ulrich. *Risck society: towards a new modernity*. Nova Iorque: Stage Publication, 1992;
- BECKER, Howard Saul. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997;
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução: Maria Luzia X. de Borges. Revisão Técnica: Karina Kuschnir. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008;

- BECKER, Howard Saul. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007;
- BELLEGARD-SMITH, Patrick; MICHEL, Claudine (org). *Vodou Haitiano: Espírito, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011;
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. In: *Obras Escolhidas III*. São Paulo, Brasiliense, 1989;
- BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. Elaleph, 1999;
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas I*. magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense. 1985, p. 222-2341
- BENTON, Lauren. *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004;
- BHABHA, Homi. “Caliban Speaks to Prospero: Cultural Identity and the Crisis of Representation”. In: Philomena, Marini (ed.), *Critical Fictions: the Politics of Imaginative Writing*, Seattle: Bay Press, 1991, pp. 62–5;
- BHABHA, Homi. “Day by Day... with Frantz Fanon”. In: Alan Read (ed.). *The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation*. Seattle: Bay Press, 1996, pp. 186-205;
- BHABHA, Homi. “Remembering Fanon: self, psyche, and the colonial condition. Introduction to Frantz Fanon”. *Black skin, white masks*. London and Sydney: Pluto Press, vii-xxvi, 1986;
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998;
- BOSCH, Juan. *De Cristobal Colon a Fidel Castro*. El Caribe frontera imperial. Editora: Miguel Angel, 1970;
- BOUTROS BOUTROS-GHALI. *An Agenda for Democratization*. NY: United Nations, 1996;
- BRAZIEL, Jana E. *Artists, Performers, and Black Masculinity in the Haitian Diaspora*. Bloomington: Indiana University Press, 2008;
- BRENNAN, Timothy. *Wars of Position: The Cultural Politics of Left and Right*. Nova Iorque: Columbia UP, 2006;
- BRISCOE, Neil. *Britain and UN peacekeeping, 1948–67*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003;
- BRISSON, G. *Les relations agraires dans L’Haiti contemporaine*. Mexico, Miméo, 1968;
- BULAMAH, Rodrigo C. *O cultivo dos comuns: parentesco e práticas sociais em Milot, Haiti*. Dissertação de mestrado orientada pelo Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), 2013;
- BUTLER, Kim D. Clio and the Griot: The African Diaspora in the Discipline of History. In: Tejumola, O; Sweet, O. *The African Diaspora and the Disciplines*. Indiana: Indiana University Press, 2010, pp. 21-52;
- CALDER, Bruce J. *The impact of intervation: the Dominican Republic during the US occupation of 1916-124*. Austin: University of Texas Press, 1984.
- CARPENTIER, Alejo. *Cahier d’un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine, 1983;
- CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo*. Nova Iorque: Rayo, 2009.

- CARTE DU MONDE. *Carte géographique Haïti*. 2012. [mapa]. Disponível em: <<http://www.carte-du-monde.net/carte-zoom-64-haiti-antilles-2.html>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- CARVALHO, Salo. Criminologia e Transdisciplinaridade. In: *Cadernos de Política Criminal*. 2012. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/98568102/Carvalho-Criminologia-y-Transdisciplinariedad-Cuadernos-de-Politica-Criminal>>. Acesso em 30/12/2012;
- CASTOR, Susy. *Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti*. Revista Brasileira de História. vol. 6 no 12. São Paulo, 1986;
- CASTOR, Susy. *Haití: El reto de una nueva policía*. Nueva Sociedad, Buenos Aires,
- CASTOR, Susy. *L'occupation américaine d'Haïti*. Societé Haitienne d'Histoire, Port-au-Prince, 1988;
- CASTOR, Susy. *El significado histórico de La revolucion de Saint Domingue*. OSAL, ano IV, no 12, 2003;
- CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005;
- CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da reação social*. Rio de Janeiro: Forense, 1983;
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princiton, NJ: Princenton University Press, 2008;
- CHARTRAND, Rene. *Louis XV'S Army colonial & naval troops*. Londres: Sharon van der Merwe, 1996.
- CHENOY; TADJBAKHS. *Human security: Concepts and implications*. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- CHOMSKY, Noam. *A nova guerra contra o terror*. In: Estudos Avançados. v.16 n.44. São Paulo. jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000100002>>. Acesso em 12/03/2013.
- CHOMSKY, Noam. *Turning the tide US intervention in Central America and the struggle for peace*. Boston: South End Press, 1985.
- CHOMSKY, Noam. US-Haiti. In: *Chomsky Info*. Publicado em: 09/03/2004. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/20040309.htm>>. Acesso em 30/04/2013.
- CHOMSKY, Noam. *Year 501. The Conquest Continues*. Boston: South End Press, 1993. Disponível em: <<http://books.zcommunications.org/chomsky/year/year-contents.html>>. Acesso em: 20/05/2013.
- CLÉRISMÉ, Réald. “Vodun, música e sociedade no Haiti: Afirmação e identidade”. In: Bellegard-smith, Patrick; Michel, Claudine (org). *Vodou Haitiano: Espírito, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011. p. 58-70;
- COHEN, S. *Visions of Social Control: Crime: Punishment and Classification*. Cambridge: Polity Press, 1985;
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. São Paulo: L & PM, 1998.

- CORDOVA-BELLO, Eleazar. *La independencia de Haiti y su influencia en Hispanoamerica*. Caracas: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1967;
- COUPEAU, Steeve. *The History of Haiti*. Londres: Greenwood Press, 2008;
- CRAWFORD, G. *Promoting Democracy form Without – Learning from Within*. Democratization. v 11, n. 77, 2003;
- CRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- DAMATO, Diva. *Édouard Glissant: poética e política*. São Paulo: Anna Blume, 1996.
- DAMATTA, ROBERTO. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987;
- DANTICAT, Edwidge. *Anacoana: Golden Flower, Haiti, 1490*. Scholastic, 2005;
- DASH, M. *Haiti and the United States: National Stereotypes and Haiti, 1915—1934*. New Brunswick: N.J., 1971;
- DE OVIEDO, G. F.; DE LOS RÍOS, J. A. *Historia general y natural de las Indias, Islas y Tierra-Firme del Mar Oceano*. Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1855;
- DEAN, Mitchell. *Governamentality: Power and Rule in Modern Society*. Londres: Sage, 1999;
- DEBIEN, Gabriel. *Les Esclaves aux Antilles Françaises*. Basse-Terre, Guadeloupe: Société d'histoire de la Guadeloupe, 1974 ;
- DEBRIX, Francois. *Re-envisioning peacekeeping: the United Nations and the mobilization of ideology*. Broderniles. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009;
- DEL OLMO, Rosa. *America Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004;
- DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980;
- DERRIDA, J. *Margins of Philosophy*. Trans. Alan Bass. Chicago: Chicago University Press, 1982;
- DERRIDA, J. *Writing and Difference*. Trans. Alan Bass. London: Routledge & KeganPaul, 1978;
- DILLON; REID. Global Liberal Governace. Bipolitics, Security and War. In: *Millenium Journal of International Studies*. n. 30. 2001, p. 41-66;
- DIMITRIADIS, G; McCARTHY, C. The Work of Art in the Postcolonial Imagination. In: *Discourse: studies in the cultural politics of education*.vol. 21, no. 1, 2000;
- DOMBROSKI, Kenneth. *Peacekeeping in the Middle East as an international regime*. Nova Iorque: Routledge, 2007;
- DOYLE. Michael W, “The New Interventionism”. In: *Metaphilosophy*. n. 32 (1–2). 2001, pp. 212–235;
- DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World – the story of the Haitian revolution*. Londres: Harvard university press, 2004;
- DUFFIELD, M. *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press, 2007;

- DUFFIELD, M. Getting savages to fight barbarians: Development, security and the colonial present. In: *Conflict, Security and Development*. 5(2): 141–159, 2005;
- DUFFIELD, M. Global civil war: The non-insured, international containment and post-interventionary society. In: *Journal of Refugee Studies*. 21(2): 145–165, 2008;
- DUFFIELD, M. Social reconstruction and the radicalization of development: Aid as a relation of global liberal governance. In: Millikan J (ed.). *State Failure, Collapse and Reconstruction*. Oxford: Blackwell, 291–312, 2003;
- DUFFIELD, M. The liberal way of development and the development–security impasse: Exploring the global life-chance divide. In: *Security Dialogue*. 41(1): 53–76, 2010;
- DUNCAN, James S. *In the Shadows of the Tropics: Climate, Race and Biopower in Nineteenth Century Ceylon*. Aldershot: Ashgate, 2007;
- DUPUY, A. *Haiti in the world economy: class, race, and underdevelopment since 1700*. Boulder: Westview Press, 1989;
- DUSSEL, Enrique. “Europa, Modernidade e Eurocentrismo”. In: Lander, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso/Unesco. 2005, p. 24-32;
- DUSSEL, Enrique. 2008. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la Modernidad. In: *Tabula Rasa*. 9: 153-197;
- DUSSEL, Enrique. *O encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993;
- ELBERT, Carlos Alberto. *Criminologia Latino-Americana: teoria e propostas sobre o controle social do terceiro milênio*. Trad. Ney Fayet Júnior. São Paulo: LTR, 2002;
- ELLIOTT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. São Paulo: USP, 1998;
- EMSLEY, Clive. Historical perspectives on crime. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert (eds). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2007;
- ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: Lander, Edgardo (org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2005, p. 63-79;
- ÉTIENNE, Sauveur Pierre. *L’énigme haïtienne: échec de l’État moderne en Haïti*. Montréal: Les presses de l’université de Montréal, 2007;
- EVANGELISTA, Felipe Andrade Silva (2010), *Construções do “fracasso” haitiano*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- EVANS, Raymond. Crime Without a Name: Colonialism and the case for indigenocide. In: *Empire, Colony, Genocide. Conquest, Occupation, and Subaltern Resistance in World History*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2008;

- FAFLICK, Philip. "The SAMO Graffiti.. Boosh Wah or CIA?" In: *Village Voice*, December. 11, 1978.
- FALK, R. *The Haiti Intervantion: A dengerous world ordes precedent for United Nations*. Harv. Int. 36. 1995;
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1968;
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008;
- FARMER, Paul. *Haiti After the Earthquake*. Nova Iorque: Public Affairs, 2011;
- FARMER, Paul. *The Uses of Haiti*. Monroe, ME: Common Courage Press, 2005;
- FARMER, Paul. *Who removed Aristid?.* 2004. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v26/n08/paul-farmer/who-removed-aristide>>. Acesso em 23/07/2012;
- FASSIN, Didier; RETCHTMAN, Richard. Introduction. A New Language of the Event. In: *The Empire of Trauma. An Inquiry into the Condition of Victimhood*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2009;
- FATTON, Robert. "The Rise, Fall and Resurrection of President Aristide". In: Robert I. Rotberg (ed). *Haiti Renewed: Political and Economic Prospects*. Cambridge: The World Peace Foundation, 1997;
- FATTON, Robert. *Haiti's predatory republic: the unending transition to democracy*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner publishers, 2002;
- FAUSTO, Carlos. *Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51, dez. 2005;
- FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p 36-42;
- FESTE, K. *Expanding the Frontiers: Superpower Intervention in the Cold War*. Nova Iorque: Praeger, 1992;
- FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990;
- FIRMIN, Antenor. *The Equality of the Human Races: positivist anthropology*. Chicago: University of Illinois Press, 2002;
- FISCHER, Sibylle. *Modernity Disavowed: Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution*. Durham: Duke University Press, 2004;
- FOCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros II*. Curso no College de France (1983-1984). SP: Martins Fontes, 2011;
- FOCAULT, Michel. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: Manoel B. da Motta (org). *Michel Foucault. Estratégia, poder-saber*. 2 ed. vol. v. Rio de janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos, 2006;

- FOCAULT, Michel. “Poder e Saber”. In: Manoel B. da Motta (org). *Michel Foucault. Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos, 1977;
- FOCAULT, Michel. “Questions of Method”. In: GORDON, Collin et al. (org). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991;
- FOCAULT, Michel. “Truth is in the future”. In: LOTRINGER, Sylvère (ed.). *Foucault Live (Interviews, 1961-1984)*. Tradutores: Lysa Hochroth e John Johnston. 2 ed. Nova Iorque: Semiotext, 1996;
- FOCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, LOYOLA: 1996;
- FOCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002;
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber*. RJ: Graal, 1977;
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984;
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. RJ: Edições Graal, 1985;
- FOCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Edições Graal, 1979;
- FOCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población: curso en el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2006;
- FOCAULT, Michel. *Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004;
- FOUCHARD, Jean. *The Haitian maroons: liberty or death*. Nova Iorque: Blyden Press, 1981;
- FRAGINALS, Manuel M. *The Sugar Mill: The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba, 1760–1860*. New York: Monthly Review Press, 1976;
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997;
- FROHNE, Andrea. Representing Jean-Michel Basquiat. In: *The African Diaspora: African Origins and New World Self-Fashioning*. Bloomington: Indiana University Press, 1999;
- GALCERAN HUGUET, Montserrat. *El análisis del poder: Foucault y la teoría de colonial*. Tabula Rasa. n.16, pp. 59-77, 2012;
- GALEANO, Eduardo. *A história do Haiti é a história do racismo*. Disponível em: <www.palmares.gov.br/.../A-história-do-Haiti-é-a-história-do-racismo.pdf>. Acesso em: 05/07/2012;
- GALEANO, Eduardo. *Os Filhos dos Dias*. São Paulo: L& PM. 2012;
- GALEANO, Eduardo. Os pecados do Haiti. In: *Carta Maior*. 2010. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-pecados-do-Haiti/6/15273>>. Acesso em 25/04/2013;

- GALINDO, Alberto Flores. *Aristocracia y plebe*, Lima 1760-1830. Lima: Lima: Mosca Azul Editores, 1984;
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2008;
- GARLAND, David. *As Contradições da Sociedade Punitiva: O Caso Britânico*. Revista de Sociologia e Política, n.13. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 1999, p. 59-80;
- GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press, 2001;
- GARRIGUS, John D. *Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue*. New York: Palgrave Macmillan, 2007;
- GAUER, R. M. C. A Civilização do Medo Produz a Civilização da Ira. In: Marion Brepohl; André Mendes. Capraro; Renata Senna Garroffoni. (Org.). *Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções*. Curitiba: UFPR, 2012, p. 93-111;
- GAUER, R. M. C. A sedução da liberdade frente à obsessão pela segurança. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 76, p. 312-333, 2009;
- GEGGUS, David P. “*Slave and Free Colored Women in Saint Domingue*”. In: Darlene C. Hine and David Barry Gaspar (es.), *More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1996. pp. 259-278;
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991;
- GIDDENS, Anthony, *O mundo em descontrole*. São Paulo: Record, 2007;
- GILROY, Paul. *Postcolonial Melancholia*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2005 ;
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1995;
- GLISSANT, Édouard. *Traité du Tout-Monde*. Paris: Gallimard, 1997;
- GOLDEMBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997;
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A et. al. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>>. Acesso em 13 jun. 2012.
- GOODMAN, A. *Getting Haiti Right This Time: The U.S. and the Coup* Read and Reist. Texas: Common Courage Press, 2004;
- GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008;
- GORDON, Colin (ed). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977* by Michel Foucault. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1980;

- HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade. Doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2010;
- HAGER, Steven. *Art after Midnight: The East Village Scene*. Nova Iorque: St. Martins Pressa, 1986;
- HAITI. Constitution D'Haiti. *Constitution Impériale d'Haiti (1805)*. Disponível em: <http://www.modernconstitutions.de/nbu.php?page_id=02a1b5a86ff139471c0b1c57f23ac196&show_doc=HT-00-1805-05-20-fr&viewmode=thumbv>. Acesso em 03 Fev. 2013;
- HALLWARD, Peter. *Damming the Flood: Haiti and the Politics of Containment*. Verso Books, 2010;
- HALLWARD, Peter. *Option zero in Haiti*. In: New Left Review. 27, Maio-Jun, 2004. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/27/peter-hallward-option-zero-in-haiti>>. Acesso em 24/08/2012;
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003;
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005;
- HAYES, Margaret D.; WHEATLEY, Gary F. *Interagency and Political-Military Dimensions of Peace Operations, Haiti: A Case Study*. Washington, DC: National Defense University, Institute for National Strategic Studies, 1996;
- HAZEM, Saghiyeh. "It's Not All America's Fault." In: *Time Europe*. n. 158 v. 41, 2001;
- HELD, D. *Model of Democracy*. Sanford: Stanford University, 2006;
- HETTNE, B. Development and security: Origins and future. In: *Security Dialogue*. n. 41(1): 31–52, 2010;
- HIGATE, P; HENRY, M. *Spaces and Insecurity: peacekeeping, Power in Haiti, Kosovo and Liberia*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009;
- HOBAN, Phoebe. *Basquiat: Vita lucente e breve di un genio dell'arte*. Tradução:Tiziana Lo Porto. Roma: Castelvechi, 2006;
- HOBSBAWM. Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Cia das Letras, 1962;
- HOBSBAWM. Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 2012;
- HOBSBAWM. Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. J. Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010;
- HURBON, Laennec. *Coomprendre Haiti*. Essai sur l'État, la nation, la culture. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps/Éditions Paris: Karthala, 1986;
- HURBON, Laennec. *Le Barbare Imaginaire*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1988.
- HURBON, Laennec. *O Deus da resistência negra: o vodu haitiano*. São Paulo: Paulinas, 1987;
- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International Relations and the Problem of Difference*. Abingdon: Routledge, 2004;

- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. Neo-modernization? IR and the Inner Life of Modernization Theory. In: *European Journal of International Relations*, vol.8, no.1, 2002, pp.103–37;
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Haiti 2009: Stability at Risk. In: Latin America and Caribbean Briefing, n.º 19, Março de 2009;
- JACKSON, Robert H. Christianity and colonial expansion in the Americas. In: BENJAMIN, Thomas. *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450*. Farmington, Hills, MI: Thomson Gale, 2007;
- JADOTTE, Hérard. *Le carnaval de La révolution: de Duvalier a Aristide*. Port-au-Prince: Éditions Fardin, 2005;
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Los jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture y la Revolución de Haití*. Madrid: Turner, F.C.E, 2003;
- JAMES, Erica. *Democratic insecurities*. Los Angeles: Univesity of California Press, 2010;
- JEAN-FRANÇOIS, Hérold. *Haití: cambio democrático y tradiciones*. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 8. Buenos Aires: CLACSO, 2008;
- KATZENSTEIN, Peter J. *The culture of National Security: Norms and identity in world politics*. NY: Columbia University Press, 1996;
- KELSEN, Hans. *The law of the United Nations: a critical analisis of its fundamental problems: with supplement*. Nova Jersey: The Lawbook Exchange, 2000;
- KUNDERA, Milan. *A identidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2009;
- KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Cia das Letras, 1984;
- LAFERRIÈRE, Dany. *País sem chapéu*. São Paulo: Editora 34, 2011;
- LAGUERRE, M. S. *The black guetto as na internal colony: socio-economic adaptation os haitian urban community*. University of Illinois, 1976;
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997;
- LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *Historia de Las Indias*, Vols. I-III. Madrid: Editorial M, 1929;
- LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das índias: o paraíso destruído*. Tradução de Heraldo Barbuy. 1996;
- LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *O paraíso destruído*. São Paulo: L&PM Pocket, 2000
- LATOURE, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994;
- LEGER, Leger. *Haiti: her history and her detractors*. Nova Iorque: Neale, 1907;
- LIENHARD, M. *Testimonios, cartas y manifestos indígenas: desde la conquista hasta comienzos del siglo XX*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1992;
- MACFARLANE; NEIL. Human security and the UN: a critical history. *United Nations Intellectual History Project*. Indiana: Indiana University Pres, 2006;
- MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haiti*. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1848;

- MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haiti*. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1988;
- MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haïti*. Paris: Nabu Press, 2010;
- MAKAREMI, C. Utopias of power: From human security to the responsibility to protect. In: FASSIN D.; PANDOLFI M (eds). *Contemporary States of Emergency: The Politics of Military and Humanitarian Interventions*. New York: Zone Books, 2010;
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser. Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL (eds.): *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007;
- MANIGAT, Leslie F. *La politique agraire du gouvernement d'Alexandre Pétion (1807-1818)*. Port-au-Prince: La Phalange, 1962;
- MANIGAT, S; MOÏSE, C. *Haití 2000: Lavalas en el poder, Lavalas en cuestión*. In: Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe. n. 4. Caracas: Flacso, 2000, pp 45-52;
- MANWARING, M. The new global security landscape: The road ahead. In: BUNKER, RJ (ed.). *Networks, Terrorism and Global Insurgency*. Nova Iorque: Routledge, 2005;
- MARQUES, Pamela M. MAQUIAVELI, Álvaro; ZANELLA, Cristine. Sanções Econômicas e Direitos Humanos: um estudo a partir do caso haitiano. In: Wagner Menezes. (Org.). *Estudos de Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, 2008, v. XII, p. 62-75.
- MARQUES, Pamela M. *Pelo direito ao grito: as lutas silenciadas da universidade pública haitiana por reconhecimento, independência e democracia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- MARSHALL, Richard. *Jean-Michel Basquiat*. Nova Iorque: Whitney/Abrams, 1995;
- MCINTOSH, Gregory C. *The Piri Reis Map of 1513*. Georgia: University of Georgia Press, 2000;
- MÉLEANCE, Elmide et al. *Revolutionary Freedoms: A History of Survival, Strength and Imagination in Haiti*. Coconut Creek: Caribbean Studies Press, 2006;
- MENESES, M. P. G.; SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. “Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistémica do mundo”. In: B. S. Santos (org.). *Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 25-68;
- Meneses, Maria Paula (2010), “Outras vozes existem, outras histórias são possíveis”, in Garcia, Regina Leite (org.), *Diálogos Cotidianos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alii, 247-265.
- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.
- MENESSON-RIGAUD, Odete. “Le Rôle du Vaudou dans l'Indépendance d'Haïti”. In: *Présence africaine*. 17-18, fev-mai, 1958. p. 43-67;
- MÉTRAUX, A. *Le vaudou haïtien*. Paris: Gallimard, 1958;

- MICIVIH [internet]. *MICIVIH, history and structure*. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/rights/micivih/histen.htm>>. Acesso em 30/08/2012;
- MIGNOLO, W.D. *Histórias locais/Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003;
- MIGNOLO, W.D. *La idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona, Gedisa Editorial, 2007;
- MIGNOLO, W.D. Occidentalización, Imperialismo, Globalización: herencias coloniales y teorías poscoloniales. In: *Revista Iberoamericana*, 1995, p. 27-40;
- MILLS, Wright C. “*The Problem of Industrial Development*”. In: *HOROWITZ, Irving L. Power, Politics and People*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1963;
- MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Elisabeth Sifton Books, 1985;
- MITCHELL, Timothy. *Colonising Egypt*. Los Angeles: University of California Press, 1991;
- MITCHELL, Timothy. *Everyday Metaphors of Power*. *Theory and Society* 19 (5): 545-
- MITCHELL, Timothy. The Stage of Modernity In: Mitchell, Timothy (ed.). *Questions of Modernity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001;
- MOREAU DE SAINT-MERY, Médéric Louis Elie. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint Domingue*. Charleston: Nabu Press, 2011 ;
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000;
- MORIN, E. *Para sair do século XX: as grandes questões do nosso tempo*. Trad. por Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986;
- MORRISON, Wayne. *Criminology, civilization and the new world order*. Routledge-Cavendish: Oxon, 2006;
- MOYA PONS, Frank. *Historia del Caribe. Santo Domingo. República Dominicana*: Ediciones Ferilibro, 2008 ;
- MUSEO CHILENO DE ARTE PRECOLOMBINO. Taínos: los descubridores de Colombo. Chile: Museo Chileno de Arte Precolombino, 1988;
- NACÕES UNIDAS [internet]. *History of United Nations*. Disponível em: <<https://www.un.org/en/aboutun/history/>>. Acesso em 30/07/2012;
- NACÕES UNIDAS [internet]. *ONU e Haiti*. 2013c. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/haiti/historico/>>. Acesso em 30/07/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *An Agenda for Peace*. 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em 30/05/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *Department of Peacekeeping Operations. Year In Review 2007*. Disponível em: <www.un.org/Depts/dpko/dpko/pub/year_review07/YIR_2007.pdf>. Acesso em 13/05/2012;

- NAÇÕES UNIDAS. *General Assembly. Resolution 377 (V). Uniting for Peace*. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a5r377.htm>>. Acesso: 04/04/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *Handbook on the Least Developed Country Category: Inclusion, Graduation and Special Support Measures*. Nova Iorque: United Nations Publications, 2008.
- NAÇÕES UNIDAS. *United Nations focus: Haiti. crisis in Haiti: seeking a political solution*. 1993. Disponível em: <<http://www.un.org/rights/micivih/rapports/crisis.htm>>. Acesso em 26/05/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *United Nations Peacekeeping: Meeting New Challenges*. 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/faq/q&a.pdf>>. Acesso em: 03/11/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. United Nations Security Council. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti (S/2007/503). Disponível em:<<http://daccess-ods.un.org/TMP/4494213.html>>. Acesso em: 13/04/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. United Nations Security Council. Resolution 1542 (2004). Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/5884999.html>>. Acesso em: 23/04/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. United Nations Security Council. Resolution 1780 (2007). Disponível em: <http://www.un.org/docs/sc/unsc_resolutions07.html>. Acesso em: 26/04/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *United Nations Security Council*. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti (S/2008/586). Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/5734501.html>>. Acesso em: 23/04/2012;
- NAÇÕES UNIDAS. *United Nations Security Council. Resolution 1840 (2008)*. Disponível em: <http://www.un.org/docs/sc/unsc_resolutions08.html>. Acesso em: 23/04/2012;
- NASCIMENTO, Erica Larkin. “Prefácio”, In: BELLEGARD-SMITH, Patrick; MICHEL, Claudine (org). *Vodou Haitiano: Espírito, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2011;
- NICHOLS, Robert. “Postcolonial Studies and the Discourse of Foucault: Survey of a Field of Problematization”. In: *Foucault Studies*. 9: 111-144, 2010;
- NWANKWO, Peter O. *Criminal justice in the pre-colonial, colonial, and post-colonial eras an application of the colonial model to changes in the severity of punishment in the nigerian law*. Toronto, University Press of America, 2010;
- OLIVER, José R. *Caciques and Cemi idols: the web spun by Taino rulers between Hispaniola and Puerto Rico*. Alabama – EUA: Univesity of Alabama Press, 2009;
- OLMO, Rosa Del. *Ruptura Criminológica*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1975;
- ONODA [internet]. UN Disarmament Commission. <http://www.un.org/disarmament/content/news/disarmament_commission_2013/>. Acesso em 15/04/2013;
- ORIOLE, Michèle. *Histoire et dictionnaire de la révolution et de l'indépendance d'Haïti, 1789–1804*. Port-au-Prince: Fondation pour la recherche iconographique et la documentaire, 2002 ;
- OTERO, Luis Mariñas. *Las Constituciones de Haiti*. Madri: Ediciones Cultura Hispanica, 1968;

- PARIS, Roland. Echoes of the “Mission Civilisatrice: Peacekeeping in the Post-Cold War Era. In: NEWMAN; RICHMOND (eds). *The United Nations and Human Security*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001;
- PARRY; CLIVE. *Eyclopedic dictionary of international law*. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2009;
- PIERRE CHARLES, Gérard. *Crisis del Estado e intervención internacional en Haití*.
- PIERRE CHARLES, Gérard. Haiti: a crise ininterrupta (1930-1975). In: CASANOVA, Pablo C. (org). *América Latina: história de meio século*. Coleção Pensamento Latino-Americano e Caribenho. Brasília: Universidade de Brasília, 1977;
- PIERRE CHARLES, Gérard. *La economía agraires y sua via de desarrollo*. Mexico: Cuadernos Americanos, 1965;
- PIERRE-LOUIS, François. *Earthquakes, Nongovernmental Organizations, and Governance in Haiti*. In: Journal of Black Studies. n.42, vol.2. Inglaterra: SAGE publications: 2011, p. 186–202. Disponível em: <<http://jbs.sagepub.com/content/42/2/186/>>. Acesso em 12/jan/2010;
- PORRUA. *Historia Social Comparada de los Pueblos de América Latina*. Punta Arenas: Ediciones ATELI, 1999;
- PRICE-MARS, Jean. *Ainsi parla l’Oncle*. Port-au-Prince: Imprimerie de Compiègne, 1928. Edição completa em francês disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/price_mars_jean/ainsi_parla_oncle/ainsi_parla_onle.html>. Acesso em 21/jul/2012;
- PRICE-MARS, Jean. *De Saint-Domingue à Haïti: Essai sur la Culture, les Arts et la Littérature*. Quebec: Présence Africaine, 1959;
- PROZOROV, Sergei. *Foucault, Freedom and Sovereignty*. Ashgate Pub Co, 2012;
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2005;
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucan. *Manual de investigação em ciências sociais. A construção do modelo de análise*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1992;
- RABASA, José. Epistemic Violence. In: *A Companion to Latin American Literature and Culture*. Estados Unidos: Blackwell, 2008. p. 49-68;
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão: ensaios*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999;
- RATNER, Steven R. Drawing a Better Line: UTI Possidetis and the Borders of New States. In: *The American Journal of International Law*. vol. 90, no. 4. Outubro de 1996, American Society of International Law, 1996. pp. 590-624;
- RENDA, Mary A. *Taking Haiti: military occupation and the culture of U.S. imperialism 1915–1940*. Chapel Hill - London: The University of North Carolina Press, 2001;
- RIBEIRO, A. *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade*. Santa Maria de Feira, Raino e Neves. 2001;

- ROBINSON, R. *An Unbroken Agony: Haiti, From Revolution to the Kidnapping of a President*. Basic Civitas Books, 2007;
- ROCHA, Everardo. *O Que é Etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 12 ed., 1996;
- ROSE, 1999. *Power of Freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999;
- ROSTOW, Nicholas. *Before and After: The Changed UN Response to Terrorism Since September 11*, 35 CORNELL I.L.J., no. 3, 482. 2002.
- ROUMAIN, Jacques. *Donos do Orvalho*. Coleção Romances do Povo. vol. V. Rio de Janeiro: Ed. Vitória Ltda, 1954;
- ROUMAIN, Jacques. *Quelques moeurs et coutumes des paysans haïtiens: travaux pratiques d'ethnographie sur la region de Milot à l'usage des étudiants*. Porto-Príncipe: Imprimerie de l'État. 1959;
- ROUSE. *The Tainos: Rise and Decline of the People Who Greeted Columbus*. Yale University Press: 2002;
- SAGHIYEH, Hazem. "It's Not All America's Fault." In: *Time Europe* 158, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo:L&PM, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade". In: Ramalho, Maria Irene; Ribeiro, António Sousa (orgs). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2002, pp. 23-85;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São. Paulo: Cortez, 2007;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do moderno ao pós-colonial*. Conferência de Abertura do V III Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 14/09/2013;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: ILSA, Ediciones Universidad Nacional de Colombia, 1998;
- SCHMIDT'S, Hans. *The United States Occupation of Haiti*. Nova Iorque: New Brunswick, 1971;
- SCHNABEL; EHRHART. *Security Sector Reform and Post-Conflict Peacebuilding*. Nova Iorque: United Nation Univesity Press, 2005;
- SCOTT, David. *Conscripts of Modernity: The Tragedy of Colonial Enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004;
- SCOTT, David. *Colonial Governmentality*. In: *Social Text*. 43: 191-220, 1995.
- SCOTT, David. *Refashioning Futures: Criticism after Postcoloniality*. Princeton: Princeton UP, 1999;
- SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale UP, 1985.

- SECRETÁRIO GERAL DA ONU. *Report of the Secretary-General on the United Nations Civilian Police Mission in Haiti*. 20 de Fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6aefb10.html>>. Acesso em 24/04/2012;
- SECRETÁRIO GERAL DA ONU. Resolution 1658 (2006). Adopted by the Security Council at its 5372nd meeting, on 14 February 2006. Disponível em: <http://www.minustah.org/pdfs/res/1658_en.pdf>. Acesso em 24/04/2012;
- SEINTENFUS, Ricardo [internet]. *Haiti est la preuve de l'échec de l'aide internationale*. Disponível em: <<http://www.haitiauvirtual.net/haiti-est-la-preuve-de-l%E2%80%99echec-de-l%E2%80%99aide-internationale-selon-ricardo-seitenfus/>>. Acesso em 24/04/2012;
- SEN, A. "Beyond the Crisis: Development Strategies in Asia". Palestra sobre *Sustainable Development and Human Security: Second Intellectual Dialogue on Building Asia's Tomorrow*, Singapore: 15–35, 1999;
- SEN, A. "Why Human Security?". Apresentação no *International Symposium on Human Security*, Tokyo, Julho de 2000. Disponível em: <<http://www.humansecurity-chs.org/activities/outreach/Sen2000.pdf>>. Acesso em 23/06/2012;
- SIMPSONS, Charles R. *SoHo: The Artist in the City*. Chicago: University of Chicago Press, 1981;
- SOZZO, Maximo. *Inseguridad, Policía, Prevención*. Ecuador, Quito: Flacso, 2008;
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *How to Teach a "Culturally Different"*. In: *The Spivak Reader: Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*. Edited by Donna Landry and Gerald MacLean. New York: Routledge, 1996. pp. 237-266;
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2010;
- STANNARD. *History of the Caribbean: Trade, Plantations and War in the Atlantic World*. Wiener: Markus Publishers, 2007;
- STOLER, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham/London: Duke UP, 1995;
- STONE, Dan. *Biopower and Modern Genocide*. In: MOSES, Dirk. *Empire, colony, genocide: conquest, occupation and subaltern resistance in world history*. Studies on war and genocide, vol 12, 2008.
- STRAUSS, Levi. *Raça e história*. São Paulo: Martins Fontes, 1975;
- STRAUSS, Levi. *Voltas ao passado*. Estudos de Antropologia Social, vol. 4, n. 2, 1998;
- SUÁREZ-KRABBE, Julia. *Pasar por Quijano, salvar a Foucault*. Protección de identidades blancas y Decolonización. In: Tabula Rasa, núm. 16, enero-junio, pp. 39-57 Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia, 2012;
- TALE, Greg. *Flyboy in the Buttermilk: Essays on Contemporary America*. Nova Iorque: Fireside, 1992;
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Violências e conflitualidades*. Série Sociologia das conflitualidades. v. 3. Porto Alegre: Tomo editorial, 2009.

- TAVARES DOS SANTOS, J.V. (org.) *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999;
- TAVARES DOS SANTOS, J.V; TEIXEIRA, A. N.; RUSSO, Mauricio. *Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011;
- THOMAZ, O. R. “Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality”. In: REIS & MOORE (ed.). *Elite perceptions of poverty and inequality*. London/New York: Zed Books, 2005;
- THOMAZ, O. R. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011. Disponível em: acesso em 15 de dezembro de 2012;
- THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou. In: *Novos Estudos*, CEBRAP. No. 86, Março de 2010, pp-23-39;
- THOMAZ, O. R. Pensar o Haiti, Pensar com o Haiti. In: Blog “*Prosa e Verso*” do Jornal O Globo. Publicado em: 23/01/2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/01/23/pensar-haiti-pensar-com-haiti-358045.asp>>. Acesso em: 30/06/2012;
- TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;
- TOMICH, Dale W. “Plantations, the Americas”. In: Benjamin, Thomas. *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450*. Farmington, Hills, MI: Thomson Gale, 2007, p. 912-9151;
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1995;
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *State against Nation. The origins and legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990;
- TROUILLOT, Michel-Rolph. The incovenience of freedom: free people of color and the political aftermath of slavery in Dominica and Saint-Domingue/Haiti. In: MCGLYNN; DRESCHER (eds). *The meaning of freedom: economics, politics and culture after slavery*. Londres: University of Pittsburgh Press, 1992;
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979 ;
- WALSH Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Indisciplinar as ciências sociais*. Quito: Universidade Sandina Simon Bolivar/AbyaYala, 2002.
- WALVIN, James. “Abolition of colonial slavery”. In: Benjamin, Thomas, *Encyclopedia of Western Colonialism since 1450*. Farmington, Hills, MI: Thomson Gale, 2007;
- WARGNY, Cristophe. *Haiti n'existe pas. 1804 – 2004: deuxcents ans de solitude*. Paris: Éditions Autrement Frontières, 2008;
- WHITE HOUSE [internet]. *Progress Report on the Global War on Terrorism*. 2003. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/24268.pdf>>. Acesso em 04/04/2012;

- WORCESTER, Kent. *C.L.R. James: A Political Biography*. Albany: State University of New York Press, 1996;
- WRIGHT. *Mandates under the League of Nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1930;
- WYNTER, Sylvia. *Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom*. towards the human, after man, its overrepresentation —an argument. In: *New Centennial Review*. 3(3): 257-337, 2003.
- YOUNG, Robert J. C. *Postcolonialism: an historical introduction*. Malden, MA/Oxford: Blackwell, 2001.
- YOUNG, Robert J. C. *Qué es la crítica poscolonial?*. Tradução: Maria Donapetry, 2006. Disponível em: <<http://robertjcyoung.com/criticaposcolonial.pdf>>. Acesso em 23/04.2012.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis, 1988;
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Buenos Aires: Revan, 1989.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Un replanteo epistemológico en criminología*. Buenos Aires: MIMEO, 2007.